



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LILIANE PEREIRA GOMES

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: avaliação de políticas de informação de repositórios de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2017

LILIANE PEREIRA GOMES

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: avaliação de políticas de informação de repositórios de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. David Vernon Vieira.

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2017

G633 Gomes, Liliane Pereira.
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: avaliação de políticas de
informação de repositórios de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso
/Liliane Pereira Gomes. — Juazeiro do Norte: 2017.
Orientador: Prof. Dr. David Vernon Vieira.
Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Cariri, Curso
de
Biblioteconomia, Juazeiro do Norte, 2017.

1. Acesso aberto. 2. Comunicação científica. 3. Informação científica.
4. Política Institucional de Informação. 5. Repositórios Institucionais. I.
Vieira, David Vernon (Orientador) II. Universidade Federal do Cariri – Curso
de Biblioteconomia.
III. Título. CDD 025

Para citar esse documento:

GOMES, Liliane Pereira. **Repositório institucional:** avaliação de políticas de
informação de repositórios de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso. Juazeiro do
Norte, UFCA, 2017. 78f. Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia),
Universidade Federal do Cariri, 2017.

LILIANE PEREIRA GOMES

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: avaliação de políticas de informação de repositórios de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. David Vernon Vieira.

Aprovado em: 21/02/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. David Vernon Vieira
Orientador - (UFCA)

Prof. Dr. Fernando César Lima Leite
Examinador – UNB

Prof. Dr. Denyson Axel Ribeiro Mota
Examinador – UFCA

Prof. Me. Alexandre Pereira de Souza
Examinador Suplente – UFCA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre olhar por todos nós. Pela serenidade que a natureza me traz quando olho para ela, pois muitas vezes em que me faltava tranquilidade, ouvi-la em silêncio foi o que me trouxe paz e calma. Gratidão a minha mãe **Antonia Gomes**, ao meu pai **Raimundo Lima** pelo exemplo de trabalho, força e determinação, e pelo incentivo a nunca desistir de lutar. Gratidão a minha irmã **Lidiane Gomes**, pelos momentos de descontração, pelas boas risadas e pelo companheirismo. Enfim a minha família, amo todos!

Não poderia deixar de agradecer a minhas companheiras do dia a dia, por confiarem em mim, pela paciência, pelos momentos de descontração, pela amizade além da universidade, As mais competitivas, mais divertidas e sinceras amigas que alguém poderia ter: **Cicera Daniela R. de Holanda**, **Daniely Pinheiro Soares**, **Isabel David Alves**, **Maria Aline Barros**, **Maria Suellen Alves** e **Vitória Mercia dos Santos Sousa**, vocês são especiais cada uma a seu modo. A vocês todo o meu carinho!

Gostaria de agradecer a **Francisco Yago**, **Francisco Pio**, **Isabel David**, **Maria do Socorro** e **Vitoria Mercia** que no decorrer desta pesquisa não permitiram desistir e sempre me incentivaram a acreditar na minha capacidade a minha gratidão e carinho!

Ao meu orientador **Prof. Dr. David Vernon Vieira** pelo conhecimento e conselhos que me levaram a execução e conclusão desta pesquisa.

Agradeço ao **Prof. Dr. Denysson Axel Ribeiro Mota** ao **Prof. Dr. Fernando César Lima Leite** e ao **Prof. Me. Alexandre Pereira de Souza** participantes da banca examinadora por ceder gentilmente parte de seu tempo e dividir comigo este momento tão aguardado.

Agradeço à banca, pelas contribuições que irão agregar ao meu conhecimento e enriquecer esta pesquisa. Aos docentes do curso de Biblioteconomia, e a João Bosco Dumont cujo exemplo é fonte de inspiração. Um agradecimento especial a **Prof. Dr^a Gracy Kelli Martins** pela confiança a mim atribuída e pela oportunidade de adquirir novos conhecimentos, pelo bom humor e sua gentileza. Meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de agradecer aos bibliotecários e gestores dos repositórios que se dispuseram a colaborar com a pesquisa, sem as suas contribuições esta pesquisa não seria possível, cordialmente.

“O segredo da existência não consiste somente em viver, mas em saber para que se vive.”

Dostoievski

RESUMO

Dado a importância de promover a gestão do conhecimento dentro de instituições de ensino superior e de ter um espaço onde possa registrar armazenar, preservar e dar maior visibilidade a produção científica de sua comunidade acadêmica, o presente trabalho visa pretende analisar as políticas para depósito presentes de coleções de TCC presente em Repositórios Institucionais que adotam o acesso aberto nas IFES brasileiras. Cujos objetivos específicos foram identificar as formas de implementação dos RIs que contém coleções de TCC nas IFES Brasileiras pesquisadas, identificar os aspectos presentes nas políticas para depósito de TCCs de IFES brasileiras e Comparar as políticas para depósito de TCCs com base no modelo do IBICT. A metodologia contemplou levantamento bibliográfico e pesquisa exploratória de como estão estruturados os repositórios de monografia das Universidades Federais no Brasil. A pesquisa possui caráter empírico dialogando com o método indutivo, o presente trabalho aborda assuntos sobre os recursos informacionais para a construção do conhecimento, as ferramentas de gestão da informação, o estudo sobre políticas de informação e implementação de repositórios institucionais. Foram selecionados oito repositórios institucionais de Universidade Federais Brasileiras através do Ranking web de repositórios. Após análise dos dados pode-se concluir que as políticas têm o papel de apoio à gestão mas também podem exercer um papel de divulgação da produção científica da instituição, dever ser pensada na etapa de implementação do repositório a fim de trazer segurança e produtividade a gestão do RI e que merecem atenção, pois quanto mais detalhada tem-se aumento de credibilidade para o repositório frente a comunidade acadêmica e conferir maior visibilidade aos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Palavras-chave: Acesso aberto; Comunicação científica; Informação científica; Política para depósito; Repositórios Institucionais.

ABSTRACT

Given the importance of promoting knowledge management within higher education institutions and to have a space where I can register store, preserve and give greater visibility to scientific production of your academic community, the present work aims at analyzes policies to deposit gifts of TCC present collections in Institutional Repositories that adopt open access in the IFES in Brazil. Whose specific objectives were to identify the forms of implementation of RIs that contains collections of TCC in the IFES surveyed Brazilian, identify aspects present in the TCCs deposit policies of IFES brasileira Compare policies to TCCs deposit based on the model of IBICT. The methodology included bibliographical and exploratory research of how repositories are structured monographs of Federal universities in Brazil. The research has empirical character dialoguing with the inductive method, this work covers subjects on informational resources for the construction of knowledge, the tools of information management, the study of information policy and implementation of institutional repositories. After analysis of the data it can be concluded that policies have the role of supporting the management but can also play a role in spreading the scientific production of the institution, must be thought of in the repository implementation step in order to bring security and productivity and management that deserve attention, because the more detail has increased credibility to the front of the academic community and giving greater visibility to the work of completion of Course.

Keywords: Institutional information policy; Institutional Repositories; Open Access; Scientific Communication; Scientific Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Uso de Software de repositório de acesso aberto - em todo o mundo.....	39
Figura 2 – Interface do LUME – UFRGS	51
Figura 3 – Interface do RIUFSC	52
Figura 4 - Incentivos para a criação do Repositório Institucional.....	53
Figura 5 – Etapas observadas no planejamento para implementação do RI	54
Figura 6 - Dificuldades enfrentadas na consolidação da implementação.....	55
Figura 7 – Objetivos que levaram a implementar o RI	55
Figura 8 – Formas de publicidade	56
Figura 9 – critérios de seleção do software	57
Figura 10 – contexto da comunicação científica na instituição.....	57
Figura 11 – Aspectos abrangidos na política de informação.....	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões para a construção do repositório da UNIRIO.....	37
Quadro 2 - Lista de Repositórios Brasileiros no RWWR	48
Quadro 3 - Repositórios Institucionais.....	49
Quadro 4 – Descrição de objetivos específicos, fontes utilizadas e coleta e análise dos dados.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre os textos das Declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim	22
Tabela 2 – Repositórios institucionais x Bibliotecas digitais Erro! Indicador não definido.	
Tabela 3 – Exemplos de Repositórios Temáticos ou Disciplinares.....	28
Tabela 4 – Exemplos de Repositórios Governamentais	28
Tabela 5 – Exemplos de Repositórios Institucionais	26
Tabela 6 - Exemplos de Repositórios Agregadores.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARES	Acervo de Recursos Educacionais em Saúde
BDJUR	Biblioteca Digital Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça
BDM	Biblioteca Digital de Monografias
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIDE	Banco Internacional de Objetos Educacionais
CC	<i>Creative Commons</i>
CEDES	Rede Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
COAR	Confederación de Repositorios de Acceso Abierto
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
DCMI	<i>Iniciativa Dublin Core Metadata Initiative</i>
DOAR	Directory of Open Access Repositories
ENSPSA	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
FAQ	<i>Frequently Asked Questions</i>
FEB	Federação de Repositórios Educa Brasil
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
HP	<i>Hewlett-Packard</i>
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
MO	Memória Organizacional
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OAI-PMH	<i>Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting</i>
OASISBR	Portal brasileiro de publicações científicas de acesso aberto
RD	Repositório Digital
RCIPEA	Repositório de Conhecimento do Ipea
RI	Repositório Institucional
RIUFSC	Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina
RIUNB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RWWR	<i>The Ranking Web of World Repositories</i>
SAAI	Sistema Aberto de Arquivamento de Informação
SNEELIS	Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	Justificativa.....	17
1.2	Objetivo Geral.....	18
1.3	Objetivos Específicos	18
2	A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E O ACESSO ABERTO.....	19
3	REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS.....	25
3.1	Repositórios temáticos ou disciplinares	27
3.2	Repositórios governamentais	28
3.3	Repositórios agregadores	29
4	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE REPOSITÓRIOS	36
4.1	Fase de Planejamento para Implementação	38
4.2	Uso e estratégias de divulgação	41
4.3	Políticas de Informação de Repositórios	43
5	METODOLOGIA	47
5.1	Caracterização do objeto	47
5.2	Caracterização do Estudo	48
5.3	Técnicas de Coleta de Dados	49
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	50
6.1	Formas de implementação dos RIs pesquisados	52
6.2	Aspectos presentes nas políticas para depósito de TCCs de IFES brasileiras	57
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICE – A - QUESTIONÁRIO	70
	APÊNDICE – B – Carta de Apresentação	75
	ANEXO – Modelo de Política de Informação Proposto pelo Ibict	76

1 INTRODUÇÃO

A comunicação dentro da comunidade científica é composta por uma série de processos que vão desde a ideia inicial, até a produção e divulgação da pesquisa passando pela avaliação e validação pelos pares. Cada vez mais são produzidas e veiculadas novas pesquisas em todas as áreas do conhecimento dificultando o controle efetivo de tudo que vem sendo produzido.

Com essa produção de informação acontecendo de uma forma tão notável, as universidades e instituições veem a necessidade de se ter uma forma eficiente para registrá-las e armazená-las para que não se percam, assim como, encontra-se a preocupação de alcançar um alto nível de acesso e divulgação, pois a comunidade científica não só consome informações como também é insumo para a produção de novos conhecimentos a partir do acesso.

Diante do ritmo acelerado da produção de literatura científica no ambiente acadêmico, as comunidades científicas passaram a buscar alternativas para que os resultados destas pesquisas chegassem de forma mais rápida aos outros pesquisadores. Isso levou à existência de vários canais de comunicação, que podem ser: formais, como os livros e os periódicos de informação científica, este último surge como uma forma mais rápida de divulgação e vinculação de literatura confiável e reconhecida no meio acadêmico; e os informais, onde têm-se os eventos, e a chamada literatura cinzenta, por exemplo.

Ainda assim, com a utilização de publicações periódicas impressas, o ritmo de produção de informação não pôde ser acompanhado. Então, com advento do que os autores chamam de “Crise dos Periódicos”, que pode ser explicada pelo fato de que com o tempo os periódicos passaram a ser valorizados como principal meio de veiculação da informação científica e, resultou na elevação do seu custo e assim foi pesando no orçamento das bibliotecas, pois era necessária uma manutenção onde elas recebiam recursos limitados levando em alguns casos ao cancelamento das assinaturas. (KURAMOTO, 2006; MUELLER, 2006; SANTOS JUNIOR, 2010; AUTRAN; BORGUES, 2014).

Então, como uma solução, aderiu-se ao formato eletrônico utilizando a internet com uma ferramenta de acesso para tornar a disseminação rápida e eficiente. Diante das necessidades de acesso e redução dos custos, e a partir deste cenário onde se observa a internet como uma ferramenta para disseminação da informação, os periódicos aderiram

ao formato eletrônico, depois disto surgiram diversos Movimentos de Acesso Aberto, que foi quando se percebeu o potencial da internet para proporcionar o acesso em larga escala. O movimento internacional em favor do Acesso Aberto (em inglês, *Open Access*), surgido em 2000 na comunidade de pesquisadores e cientistas internacionais, junto com o desenvolvimento da Iniciativa dos Arquivos Abertos (em inglês, *Open Archives Initiative*), permitiram o desenvolvimento de várias ferramentas que tornariam viável a consolidação do movimento, ocasionando dentre estas ferramentas o surgimento dos repositórios digitais. (MARCONDES, SAYÃO, 2008; SANTOS JUNIOR, 2010; FERREIRA, 2014).

Os Repositórios Digitais (RDs) segundo o Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT)¹ “são bases de dados *online* que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição”, estes possuem várias funções das quais pode-se destacar algumas como preservação da produção, ampliação da visibilidade e o acesso à informação. Segundo Shintaku e Meirelles (2010, p. 17) “são sistemas disponíveis na *web* que fornecem, principalmente, facilidades de depósito e acesso aos objetos digitais”. Devido às inúmeras modificações em nível de abrangência e função dos repositórios digitais é difícil ter uma definição completa dos RDs contudo Ribeiro e Zuacatto (2014, p. 9) elencam características do que pode ser considerado um repositório digital:

[...] podemos definir um produto de informação como Repositório Digital quando ele possuir as seguintes características: a) ser uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença, depositada com o material; b) publicada com padrões tecnológicos aderentes a normas técnicas de preservação digital (como as definições estabelecidas pelo modelo Open Archives e o modelo OAI²); c) mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, organismo governamental, setor privado, ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso, a distribuição, a interoperabilidade e o arquivamento em longo prazo.

No caso desta pesquisa, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm aderido ao uso dos Repositórios Institucionais (RIs) como uma ferramenta de gestão da informação. Durante o decorrer desta investigação pôde-se observar como as práticas de gestão da informação estão sendo adotadas já que a sua implementação e gestão

¹Disponível em:< <http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>> Acesso em: 19 ago. 2016.

²Em português Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI) desenvolvido para auxiliar na aquisição, preservação e disseminação do conteúdo digital.

correspondem não somente ao uso da tecnologia como também, a criação de políticas de depósito em repositórios.

1.1 Justificativa

A importância desta pesquisa se deve ao fato dos repositórios hoje serem uma alternativa viável para tornar mais acessível a informação, ou seja, facilitar o acesso ao conhecimento, propiciar a preservação da memória institucional e também o controle bibliográfico. Esta ferramenta traz uma nova alternativa para as bibliotecas e centros de informação ao permitir expandirem seus serviços a um custo muito menor tanto financeiro quanto a demanda pelo espaço destinado ao acervo físico. Neste sentido, deve-se desenvolver uma política de informação como um documento que norteará todas as atividades destes repositórios. Esta política deve estar acessível aos usuários para que eles possam entender como os repositórios funcionam e como eles podem ser utilizados.

Para entender a importância deste trabalho é necessário que se tenha em mente a importância das produções científicas no contexto atual, onde o conhecimento assume um papel real dentro das organizações e de toda a sociedade. É necessário entender também o valor das descobertas e das novas propostas que os pesquisadores trazem não só para as comunidades acadêmicas como para o contexto social, e valorizar as instituições como agentes transformadores e construtores de uma nova cultura.

Esta pesquisa pretendeu estudar as políticas para depósito de Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso e, analisar quais os tópicos que são contemplados na política, tendo em vista a importância de tornar acessível as instruções para depósito dos documentos, esclarecer os objetivos do RI e de outros assuntos pertinentes (Ex. Direito Autoral). Quanto mais detalhado for a política e se tornar explícita as funcionalidades do repositório, mais as pessoas tenderão aderir ao seu uso. Em uma pesquisa realizada por Reis *et al* (2014), que visa analisar as instruções para os autores dos periódicos da Coleção SciELO Brasil, foi revelado a importância deste acesso às instruções, tem-se como resultado a conclusão de que o acesso às instruções pode estimular os autores e, dar credibilidade, confiança, qualidade e seriedade com que é tratada a literatura científica.

Assim, o objeto deste estudo são as políticas de depósito de TCCs das coleções das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Para tanto, considera-se

como problemática de pesquisa tentar responder as seguintes questões: 1) De que forma as IFES brasileiras estão gerenciando os seus Trabalhos de Conclusão de Curso? 2) Quais aspectos são considerados na política de informação das IFES brasileiras? 3) Quais instrumentos de marketing estão sendo usados para divulgar a produção científica destas coleções de TCC?

1.2 Objetivo Geral

Neste sentido, teve como objetivo geral analisar as políticas para depósito presentes de coleções de TCC presente em Repositórios Institucionais que adotam o acesso aberto nas IFES brasileiras.

1.3 Objetivos Específicos

Este estudo tem como objetivos específicos:

- OES1 Identificar as formas de implementação dos RIs que contém coleções de TCC nas IFES Brasileiras Pesquisadas.
- OES2 Identificar os aspectos presentes nas políticas para depósito de TCCs de IFES brasileiras.
- OES3 Comparar as políticas de depósito compulsório de TCCs com base no modelo do IBICT.

Este estudo está dividido em sete seções, no intervalo da seção 2 até a seção 4 apresenta-se a informação científica como insumo básico para a construção de conhecimentos no meio acadêmico, tendo em vista a necessidade dos pesquisadores de conseguir informações relevantes de modo rápido e com menos custos. Também pretende-se apresentar ao leitor os motivos que levaram ao surgimento do acesso aberto como resposta à crise dos periódicos científicos, ilustrar o uso dos repositórios como uma das ferramentas utilizadas pelas instituições para suprir essa necessidade de informação e de consolidar esse movimento.

Movimento esse que ganha força no Brasil, onde hoje pode-se observar diversos tipos de RDs como os institucionais, os temáticos, os governamentais e agregadores. Tendo em vista tudo o que um RD envolve em termos de infra estrutura é necessária uma análise por parte dos seus gestores e observar a viabilidade de um projeto como este. Para tanto buscou-se na literatura exemplos de implementação de RIs como o do Tribunal de Contas e a construção do repositório da UNIRIO. Estes repositórios apresentam preocupação com a comunicação interna, a construção da

memória organizacional, a recuperação da informação e outros pontos-chave para a implementação de RDs.

Tendo em vista a importância de políticas de informação como uma das bases para o funcionamento destes RDs, pretende-se destacar a função destas políticas e a sua composição que a faz tão importante ferramenta para os gestores. Então, na subseção 4.3 dedica-se a estudar essas políticas de informação que contêm esclarecimentos e instruções quanto à finalidade dos RIs. Primeiro foram analisadas as funções da política em um RI destacando alguns pontos importantes. Depois de destacado o papel da política de informação, determinou-se o método para a pesquisa cujo o objetivo já foi mencionado, trata-se de pesquisa bibliográfica e descritiva sobre como estão sendo implementados os RIs.

O corpus do objeto de pesquisa a princípio considerou sete IFES brasileiras, com base nos critérios de seleção fixados na seção 5, contudo contou apenas com o RI da duas IFES a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As instituições foram contatadas via e-mail utilizando o questionário como método de coleta de dados. A informações coletadas estão descritas na seção 6 explanado detalhadamente a relação dos resultados em resposta aos objetivos específicos.

2 A INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E O ACESSO ABERTO

O acesso à ciência bem como o privilégio da participação na sua construção deve ser irrestrito, livre de qualquer barreira ideológica, de classe ou cultura. O conhecimento e o direito à informação são de todos, então há uma preocupação com os meios que estão sendo utilizados para a divulgação dessa produção intelectual, então o ponto de partida para quem deseja construir um conhecimento sólido, propor melhorias ou criar meios mais viáveis a cumprir o papel do desenvolvimento científico é o acesso a informações de qualidade para o desenvolvimento de pesquisas, pois

A informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação. Trata-se de um processo contínuo em que a informação científica contribui para o desenvolvimento científico, e este, por sua vez, gera novos conteúdos realimentando todo o processo³ (IBICT, 2005).

³ Documento disponível na versão *online*.

Atualmente a produção científica se caracteriza em vários formatos de documentos, como artigos para publicações periódicas, monografias, teses, dissertações, anais entre outros e são estes veículos de informação que fazem com que esse processo de comunicação seja contínuo. Por comunicação científica entende-se que é uma atividade que facilita a construção e o compartilhamento de significados entre indivíduos, que são considerados pelos comunicadores como os mais úteis ou apropriados em determinada situação (CARIBE, 2015).

Os resultados das pesquisas científicas devem ser repassados a comunidade científica para a renovação do conhecimento contribuindo para o avanço das pesquisas. Com relação a importância da informação para a construção do conhecimento científico pode-se afirmar que:

Pesquisadores geram novos conhecimentos e produzem informação científica sempre a partir daquilo que outros pesquisadores alcançaram no passado e realizam no presente. Portanto, a informação científica constitui, ao mesmo tempo, entrada e saída do sistema de produção da ciência (LEITE, 2011, p. 26).

A necessidade de acesso a esse elemento básico ao desenvolvimento da ciência é fundamental, e a gestão e os processos de comunicação e o modo como se produz essa informação sofreu mudanças principalmente com o surgimento da internet. O fluxo dessas informações se tornou muito mais dinâmico, rápido e em quantidade muito maior, o uso da internet rompeu algumas barreiras e nos trouxe também novos desafios: Como recuperar informações relevantes? Como acompanhar essa produção tão rápida?

Essas questões são a preocupação da gestão da informação, portanto cabe aqui falar sobre o modelo de gestão da informação científica digital, desenvolvido sob a perspectiva do acesso aberto de Leite (2016) onde o autor nos traz pontos principais de reflexão acerca das limitações e práticas da gestão da informação que levaram a iniciativa do acesso aberto ser utilizada como estratégia adotada para solucionar as questões apresentadas e mais tantas outras questões.

Sendo assim, dentre os pontos principais abordados pode-se citar a demanda por mecanismos de disseminação tendo em vista a visibilidade da pesquisa e dos atores envolvidos, a demanda por ferramentas tecnológicas e metodologias aplicadas às necessidades dos usuários, quantidade de informações e o uso do formato digital.

As comunidades científicas tendem a ser beneficiadas quando são desenvolvidas ferramentas como os repositórios digitais que irão impulsionar as pesquisas consolidadas, contempladas ou não contempladas, em canais formais de publicação. Há

diversos canais de divulgação nas instituições de ensino, página institucional, repositórios institucionais, eventos acadêmicos exposições que podem facilitar o acesso à produção científica.

E em se tratando de RDs e as necessidades correspondentes a comunicação científica e, como já esclarecido o que foi a crise dos periódicos, então cabe aqui descrever o que significa o Acesso Aberto à Informação e entender a importância deste movimento para o surgimento dos RDs.

O Acesso Livre ou Aberto à produção científica corresponde ao movimento mundial que cresceu em um momento onde as assinaturas de periódicos científicos representavam altos custos dificultando a manutenção, além disso havia uma enorme quantidade de publicações e de informação sendo produzida. Então surgiu a necessidade de criar alternativas para se ter acesso a resultados de pesquisa. Segundo Torino, Torino e Paiva (2011, p. 2) passa a existir um novo paradigma que consiste em,

Uma ordem, mundial de desenvolvimento e acesso, que pressupõem novas alternativas para a disseminação e o compartilhamento de informação que oportunizam mudanças no formato das publicações tradicionais por meio do movimento de acesso livre a informação científica.

Neste contexto, surgiu a Iniciativa de Acesso Aberto, que se trata de um movimento a favor do acesso livre à informação científica. Este teve como primeiro evento de referência a iniciativa de acesso aberto em Budapeste e, sua declaração de apoio ao manifesto afirma que:

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em *software*, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o *direito autoral* neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado. (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002 grifos no original.)⁴.

Este manifesto trouxe em si o conceito de autoarquivamento onde o autor é o responsável pelo depósito de seu trabalho, publicado ou aceito para publicação, no repositório, e a ideia de periódicos eletrônicos de acesso aberto que foram os primeiros passos para apoio às ações de consolidação do Movimento de Acesso Aberto.

⁴Disponível em: <<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

Outra iniciativa para promover o uso de repositórios digitais foi elaborada na Reunião de Bethesda (2003) onde foram tratados os princípios do acesso aberto e definidos que publicações deviam atender a este princípio sendo elas elaboradoras por meio de duas condições, sendo a primeira referente a direitos autorais, que contemplava:

O direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a seus trabalhos; a licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir trabalhos publicamente, elaborar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal (COSTA, 2006, p. 42).

E a segunda condição conforme Costa (2006, p. 42) seria a importância de,

Publicar uma versão completa do trabalho publicado, assim como de todo material suplementar, incluindo uma cópia da permissão citada na primeira condição, em formato eletrônico apropriado, devem ser depositados, imediatamente após a publicação inicial, em, pelo menos, um repositório *on-line*.

Por fim, outra iniciativa que discute os repositórios está contida na Declaração de Berlim (2003) que foi intitulada “Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities”. Ela visava promover a Internet como o “instrumento funcional para uma base global de conhecimento científico e reflexão humana”, para isso especificava medidas que estabeleciam “formuladores de política, instituições de pesquisa, agências de fomento, bibliotecas e museus precisam considerar”. (COSTA, 2006, p. 43).

Para ficar mais claro, as questões e contribuições que cada uma destes manifestos resultaram no impulso do Movimento de Acesso Aberto pode-se observar a tabela 1.

Tabela 1 - Comparação entre os textos das Declarações de Budapeste, Bethesda e Berlim

	Declaração de Budapeste Área: Genérica	Declaração de Bethesda Área: Biomédica	Declaração de Berlim Área: Ciências e Humanidades
Qualidade (peer review)	- artigos de periódicos revisados - pré-prints sem revisão	- artigos revisados	- aprovação pela comunidade científica (revisado)
Copyright	- controle sobre a integridade do trabalho - direito de propriedade intelectual - direito a citação (atribuição da autoria)	- atribuição da autoria	- atribuição da autoridade
Finalidade da utilização	- várias, incluindo qualquer outro propósito legal	- várias, incluindo qualquer propósito responsável	- várias, incluindo qualquer propósito responsável
Obras derivadas	- não menciona	- permite	- permite
Acesso	- gratuito - público (mundial)	- gratuito - mundial - irrevogável - perpétuo (necessidade de preservação)	- gratuito - mundial - irrevogável

Fonte: SARMENTO *et al.* (2005).

Embora os três manifestos tenham sido voltados para diferentes áreas do conhecimento, elas possuem várias características em comum reforçando essa ideia de unidade em favor do movimento de acesso aberto sem deixar de dar suas contribuições em particular, por exemplo a Declaração de Budapeste trouxe a ideia do autoarquivamento, a Reunião de Bethesda vem com o propósito de consolidar os princípios de acesso aberto e a Declaração de Berlim nos traz a importância da internet como meio de propagar o acesso aberto. Essas peculiaridades somadas trouxeram valor e força ao Movimento de Acesso Aberto proporcionando um contexto para que novos movimentos e iniciativas surgissem.

No Brasil, a iniciativa do Movimento de Acesso Aberto se deu por meio do Instituto Brasileiro de Ciência Informação e Tecnologia (IBICT) que elaborou um conjunto de diretrizes e recomendações da importância do apoio ao movimento.

Segundo Bustos-Gonzalez *et al* (2007, p. 36, grifos no original),

O conceito, *open access*, no campo das publicações acadêmicas se refere às iniciativas ou projetos que favorecem e promovem o acesso livre e sem restrições aos trabalhos publicados pela comunidade científica. Os termos “livre” (*free*) e “aberto” (*open*) nem sempre significam o mesmo. O primeiro é sinônimo de gratuito, porém, o termo “aberto” (*open*) fora do acesso livre também inclui a questão dos direitos dos autores dos artigos.

A disponibilização de conteúdos através deste conjunto de diretrizes tem sido de grande importância para os pesquisadores que tem ao alcance de um clique o acesso a inúmeros formatos e tipos de conteúdo. A mudança da velocidade das publicações e o aumento de quantidade causou um impacto no meio de comunicação científica mesmo considerando o status dos periódicos enquanto publicações como uma forma alternativa em um tempo menor, nesse contexto, surge também a preocupação em relação aos direitos autorais. Essa discussão estará mais clara quando for possível entender o que é a política de informação e como ela auxilia no esclarecimento de questões referentes a direitos autorais e outros aspectos explícitos mais adiante.

Como afirma Torino *et al.* (2011, p. 5) “a web alterou o modo como os pesquisadores produzem e comunicam os resultados de suas investigações, sobretudo pela agilidade e visibilidade que proporciona” então os ideais de acesso aberto juntamente aos benefícios da web trouxeram várias iniciativas como a do IBICT que visa dar bases e incentivar o Movimento de Acesso Aberto para facilitar o acesso à informação científica.

Além deste manifesto, no Brasil foram desenvolvidas duas ações voltadas para o avanço do Acesso Aberto no país, destacadas por Kuramoto (2008, p. 156):

prospecção, identificação, absorção, customização, aperfeiçoamento e distribuição de tecnologias para o tratamento e disseminação da informação, que dão suporte às ações de acesso livre, desenvolvidos pelo IBICT podem ser como exemplo: 1) o *software* para construção e gestão de revistas científicas Sistema Eletrônica de Editoração de Revistas (SEER); e 2) Eprints *software* para construção de repositórios institucionais e temáticos.

Como destacado na fala do autor o SEER e o Eprints, se apresentam como iniciativas que foram construídas em base na visão dos conceitos de *Open Archives* (arquivo aberto ou livre) e *Open Source* (*software* livre ou de código aberto).

Não se pode deixar de citar aqui o portal da SciELO⁵ que é conhecido pela qualidade e pela enorme quantidade de periódicos em acesso aberto, que lhe tem concebido inúmeros acessos dando melhor visibilidade às revistas e tornando-as disponíveis através da internet.

O portal da SciELO de acordo com Packer e Meneghini (2014, p. 15) teve o seu surgimento segundo dois fatos ocorridos: “em primeiro lugar, a indexação de periódicos nacionais de qualidade para complementar os índices internacionais e a publicação de textos completos de acesso aberto na Internet, na modalidade conhecida atualmente como “Via Dourada”⁶ (termo em inglês conhecido por *Golden Road*)”, e em segundo lugar o interesse comum de editores, editoras e agências nacionais de pesquisa no aumento da visibilidade de seus periódicos.

Com o seu início em 1998, esse portal é uma referência enquanto provedor de periódicos de acesso aberto, de uma forma mais sucinta a sua função é a indexação, publicação e interoperabilidade *online* na Internet para expandir a visibilidade das publicações científicas. As estatísticas têm mostrado que o objetivo da SciELO vem sendo alcançado com louvor como exemplifica os mesmos autores:

O impacto marcante do acesso aberto do SciELO foi comprovado pelo número crescente de acessos e *downloads* dos artigos, que é exemplificado pelas estatísticas da coleção brasileira: de um arquivo com 190 mil artigos em 2011, com uma média diária de *downloads* de 1,10 milhões de artigos, para 210 mil artigos no arquivo em 2012, com uma média diária de *downloads* de 1,29 milhões de artigos, representando um aumento de 17% (PACKER; MENEHINI, p. 19).

⁵Disponível em: <<http://www.scielo.org/php/index.php>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

⁶A Via Dourada se dá através de revistas de acesso livre que não fazem uso dos direitos do autor (*copyright*) para restringir o acesso e uso do material que publicam, assim como não cobram assinaturas nem taxas de acesso em suas versões *online* (NUNES, 2012, p. 3).

O portal da SciELO, juntamente com a Biblioteca Digital de Teses de Dissertações (BDTD), do IBICT foram iniciativas que impulsionaram o acesso aberto e a criação de repositórios.

O surgimento dos repositórios, segundo Marcondes e Sayão (2009), se deu no momento em que as Informações em Ciência e Tecnologia (ICT) assumiram papel estratégico interferindo em âmbitos institucionais, políticos, econômicos e tecnológicos desta forma são tidos como fundamentais para a busca e recuperação de informação científica.

Um dos pontos a ser observado é a associação do desenvolvimento de acesso aberto a medidas de preservação digital de conteúdo. É necessário levar em consideração que a preservação digital engloba *softwares* e *hardwares* que cada vez irão se tornar mais desenvolvidos, ao passo que estes vão se modificando e alguns de seus componentes se tornarão obsoletos.

Por isso é importante adotar a política de Acesso Aberto, já que ela permitirá novas alternativas para o acesso à informação e é com base nas necessidades das comunidades de pesquisadores que o IBICT estabeleceu os seguintes objetivos para os RDs:

Promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre a informação; promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância como paradigma do acesso livre a informação científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre a informação (IBICT, 2005).

A importância da informação científica, e o Movimento de Acesso Aberto e sua expansão no contexto mundial se torna algo muito evidente, as principais propagadoras do Acesso Aberto são as instituições de ensino. Elas têm a preocupação de disponibilizar sua produção científica e contribuir para a ampliação da visibilidade para isso a forma de gerenciamento da produção científica usada é construção de repositórios institucionais.

3 REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS

Um Repositório Institucional (RI) de acordo com Marcondes e Sayão (2009, p. 10 apud SAYÃO et al., 2009) “é uma biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir livre acesso via internet à produção científica de uma instituição” e por meio deste pode-se construir a memória de uma organização, ele se mostra como uma ferramenta para tornar os processos de gerenciamento de informação mais estruturados.

“Os Repositórios Digitais Institucionais são idealizados por instituições educacionais, comerciais ou governamentais e normalmente apresentam conteúdos produzidos por essas instituições” (RIBEIRO; VIDOTTI, 2009, p. 109). Então eles podem se encaixar em mais de uma categoria podendo ser institucional e governamental como é o exemplo do RC do Ipea. A tabela 2 apresenta exemplos de RI.

Tabela 2 - Exemplos de Repositórios Institucionais

Identificação	Descrição
Repositório do Conhecimento do Ipea - RC Ipea ⁷	Tem como objetivo organizar, armazenar, preservar, recuperar e disseminar a produção técnica e científica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea
Repositório Institucional da Universidade de Brasília - RIUnB ⁸	Reúne toda a produção científica da instituição
Repositório Institucional de Produção Científica da ENSPSA ⁹	Tem a missão de armazenar, preservar, maximizar a visibilidade e uso das produções científicas produzidas na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSPSA)

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O Ipea segue as recomendações internacionais para a disseminação da informação entre seus objetivos está o aumento de acesso à pesquisa, organizar, armazenar, preservar a produção técnica e científica do Ipea que faz parte de um projeto para desenvolver um modelo de gestão do conhecimento.

O repositório da ENSPSA é destinado exclusivamente a guarda das publicações de autores e funcionários da instituição ele vem com a missão a missão de armazenar, preservar, maximizar a visibilidade e uso das produções científicas produzidas na instituição, para que, assim, também, amplie o impacto da sua pesquisa através do acesso livre. O repositório traz esclarecimentos sobre a política informacional, acesso aberto, direito autoral entre outras informações. A Universidade de Brasília reúne todas as publicações da instituição, aceita diversos tipos de documentos, realiza suas atividades de acordo com os princípios do acesso aberto a Biblioteca Digital de Monografias da UnB, reúne somente um tipo de publicação mas possui a mesma função de proporciona maior visibilidade e impacto da produção acadêmica da instituição, os depósitos são de caráter obrigatório, e os autores têm a possibilidade de acompanhar a visibilidade da sua pesquisa através de dados estatísticos de acesso e *download*. Os RIs são um dos meios de comunicação e divulgação da produção acadêmica segundo Bustos-Gonzalez *et al.* (2007, p. 35),

⁷Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

⁸Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

⁹Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

No sentido mais abrangente do termo, um Repositório Institucional é um arquivo eletrônico de toda a produção científica de uma instituição, armazenada num formato digital, que permite a busca e a recuperação para seu posterior uso tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Os RI são entendidos como elementos de uma rede destinados para garantir livre acesso às produções científicas de suas comunidades, realizando serviços de mediação entre outras fontes de informação de acadêmicos e pesquisadores. Para uma breve análise das características presentes nas políticas de informação dos RI que abrangem diversos tipos de documentos, tomou-se como partida estudo de políticas já concretizadas com base nas características comuns dessas políticas e o modelo do IBICT, observou-se as semelhanças destas políticas de RIs com relação às políticas de depósitos de TCCs em seu escopo e o que de característico está sendo usado para este tipo de publicação.

De acordo com Kuramoto (2012) existem quatro tipos de Repositórios Digitais (RDs): Os temáticos, governamentais, os agregadores e os institucionais que são o foco desta pesquisa. O autor destaca suas diferenças de acordo com a função de cada tipo:

Os repositórios podem ser do tipo institucional, compreendendo a produção científica de uma instituição; temáticos, abrangendo a produção científica de uma determinada área do conhecimento; governamentais, registrando documentos de órgãos governamentais; ou agregador, caracterizando um repositório que reúne registros de outros repositórios (KURAMOTO, 2012 apud MURAKAMI; FAUSTO, 2013, p. 186)

Todos estes tipos podem seguir duas linhas de abordagem, a linha rígida, ou a flexível, que correspondem ao modo de depósito dos seus documentos e os seus critérios de depósito. (LEITE, 2009). Nesse contexto, é importante ressaltar que os RD atendem não somente às necessidades da IFEs mas também podem ser de interesse a outras instituições, principalmente pela variedade de tipos de documentos que os *softwares* disponíveis têm a possibilidade de abrigar.

Faria, Filpi e Sá (2014, p. 127) nos mostram que “Os repositórios contribuem diretamente tanto para o arquivamento, memória institucional e autoral como na facilidade de acesso livre aos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores das Universidades e Instituições”.

3.1 Repositórios temáticos ou disciplinares

Segundo Monteiro e Bräscher (2007, p.3) “o repositório temático, tem a preocupação de armazenar documentos com uma delimitação concisa de sua cobertura

designada por um assunto, área do conhecimento ou temática específica” é possível exemplificar esta tipologia na tabela 4.

Tabela 4 - Exemplos de Repositórios Temáticos ou Disciplinares

Identificação	Descrição
E-LIS ¹⁰	Tem o objetivo divulgar e promover a disseminação da literatura sobre a Ciência da Informação produzida
Organic Eprints ¹¹	Reúne pesquisas em alimentos orgânicos e agricultura
ArXiv ¹²	Reúne preprints nos campos da matemática, física, ciência da computação, biologia quantitativa e estatística .

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O E-lis visa o compartilhamento de todo conhecimento produzido na ciência da informação, disponibiliza sus conteúdos sob diversas línguas, conta com o auto arquivamento de trabalhos de pesquisadores de diversos países. O Organic Eprints reúne em seu acervo arquivos em texto integral pesquisas em alimentos orgânicos e agricultura. Já o ArXiv

3.2 Repositórios governamentais

Os repositórios governamentais são ligados a instituições do governo ou a ministérios e são alimentados e mantidos pelo governo, tendo a função de disponibilizar conteúdos de interesse público. Apresenta-se alguns exemplos de repositórios governamentais na tabela 5 a seguir.

Tabela 5 – Exemplos de Repositórios Governamentais

Identificação	Descrição
Repositório Vitor Marinho ¹³	Tem o objetivo de reunir, preservar, organiza e disponibilizar a produção científica decorrente das pesquisas apoiadas pela Rede CEDES que foi desenvolvida pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS) do Ministério do Esporte.
Repositório Digital - Conselho da Justiça Federal ¹⁴	É um repositório de jurisprudência autorizado a divulgar conteúdo e publicações editadas pelo poder judiciário.
Biblioteca Digital Jurídica do Supremo Tribunal de Justiça - BDJur ¹⁵	Possibilita acesso a diversos conteúdos da área jurídica, disponíveis nas coleções: Atos Administrativos, Doutrina e Repositório Institucional

¹⁰ Disponível em: < <http://eprints.rclis.org/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

¹¹ Disponível em: < <http://www.orgprints.org/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

¹² Disponível em: <>. Acesso em: 07 set. 2016.

¹³ Disponível em: <<http://www.labomidia.ufsc.br/vitor-marinho/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/biblioteca/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/jspui/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

Banco Internacional de Objetos Educacionais ¹⁶	Disponibiliza objetos educacionais de acesso público, em vários formatos e para todos os níveis de ensino
---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O Banco Internacional de Objetos Educacionais - (BIDE), mantém recursos educacionais em diferentes formatos (Áudio, vídeo, simulações, *software*) e conta com recursos em diferentes línguas. O BIDE tem o objetivo de oferecer materiais diversos para auxiliar gestores escolares, profissionais de educação básica e superior dentre outros e a população em geral, então percebe-se o uso da tecnologia como uma ferramenta para tornar acessíveis instrumentos de auxílio à formação educativa da população através do acesso aberto. A BDJur assim como o Repositório do Conselho Federal de Justiça possibilita o acesso a diversos conteúdos da área jurídica como já foi mencionado.

Já o repositório Vitor Marinho, é uma ferramenta de gestão, com o registro de publicações científicas e monitoramento de outras ações da Rede de Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (CEDES). A CEDES é uma ação desenvolvida pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS) do Ministério do Esporte. O nome do repositório Vitor Marinho é uma homenagem a um dos principais construtores do pensamento pedagógico brasileiro no campo da Educação Física, além de militante político e cultural.

3.3 Repositórios agregadores

Os repositórios agregadores têm a função de reunir essas informações presentes nos repositórios para que o usuário possa realizar uma busca integrada em vários RDs ao mesmo tempo.

Tabela 2 - Exemplos de Repositórios Agregadores

Identificação	Descrição
OASISBR - IBICT ¹⁷	É “um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros”.
Federação de Repositórios Educa Brasil – FEB ¹⁸	Organiza diversos repositórios em um sistema hierárquico chamado federação, que centraliza as informações contidas desses repositórios em um único portal.

Fonte: Elaborado pela autora (2016)

O Portal Brasileiro de Repositórios e Periódicos de Acesso Livre (Oásis.br) foi desenvolvido pelo IBICT em parceria com a Financiadora de Estudos e Pesquisas

¹⁶ Disponível em: <<http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

¹⁷ Disponível em:< <http://oasisbr.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 07 Set. 2016.

¹⁸ Disponível em:< <http://feb.ufrgs.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

(Finep), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), segundo

permite ao usuário obter além de teses e dissertações, pesquisar artigos, livros, capítulos de livro, trabalhos de eventos, patentes, *pré-prints*, relatórios científicos, projetos de pesquisa, resenhas, trabalhos de conclusão de cursos e outros 29 repositórios portugueses e 23 brasileiros nas diversas áreas do conhecimento. (FARIA; FILPI; SÁ, 2014, p. 129)

Já a Federação de Repositórios Educa Brasil (FEB) tem como principal executora a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) um projeto elaborado com a finalidade de agregar repositórios de acesso aberto e é financiado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP).

Os Repositórios, independentemente da tipologia, são uma ferramenta de construção de uma Memória Organizacional (MO) que corresponderá a todo conhecimento gerado na organização através da interação de seus membros com o meio e da instituição como um todo em um dado ambiente. Ela também se apresenta como uma ferramenta para ganhar destaque em meio a outras organizações, pois é um conhecimento que pode ser útil em vários âmbitos inclusive em planejamento estratégico.

Então prevenir e preservar são suas funções primordiais, assim pode-se ver sempre os mesmos pontos-chave em que a gestão do conhecimento está profundamente relacionada com a eficiência do sistema de armazenamento dos dados. Segundo Vianna e Carvalho (2013, p. 2):

Uma estrutura de MO de sucesso, deve conter: coleta e organização sistêmica do conhecimento derivado de várias fontes; utilização do *feedback* para manutenção e evolução; integração dentro do ambiente de trabalho; apresentação ativa de conhecimento relevante e a minimização da pré-estruturação do conhecimento.

A retroalimentação do sistema de produção científica também é um dos objetivos dos RIs, a divulgação da produção intelectual da instituição por meio desta base de dados pode levar a pesquisadores e estudantes subsídios para estarem sempre em processo contínuo de construção do conhecimento.

Os RIs podem ter várias aplicações que podem ser divididas e caracterizadas de acordo com sua função. Estas funções podem ser acadêmicas, de preservação da memória institucional ou herança cultural, de disponibilização de estudos de Institutos e Centros de Pesquisa, para armazenar objetos educacionais, ou uma base que tem o objetivo de disponibilizar informações referenciais em determinado segmento,

independente do formato dos conteúdos. Em todos os casos a preocupação é a mesma, de preservar e divulgar informação de forma segura e livre à sociedade em geral.

Têm se falado muito em gerenciamento da informação, principalmente dentro de organizações empresariais, a informação possui valor estratégico para o ambiente organizacional, partindo da concepção de que “o gerenciamento da informação transcende a capacidade tecnológica de seu armazenamento, indo em direção à capacidade de obtenção, preparo, seleção, armazenamento e à disseminação da informação, de modo ágil, confiável e sistemático” (PORÉM; SANTOS; BELLUZZO, 2012, p. 187) onde no mesmo artigo a gestão da informação é vista como uma aliada a inteligência competitiva para ganhar vantagem em vista a concorrência.

Os RDs são ferramentas de gestão da informação que proporcionaram uma ampla disseminação do conhecimento produzido e a aliado ao movimento de acesso aberto. Dialogando com Leite *et al* (2012, p.7) “os repositórios digitais são criados para facilitar o acesso à produção científica. São bases de dados desenvolvidas para reunir, organizar e tornar mais acessível a produção científica dos pesquisadores”.

No que se refere a repositórios institucionais (RIs) segundo Costa e Leite (2008, p. 163) existem duas funções “primeira constitui uma nova e mais adequada alternativa de gestão da informação científica, enquanto que a segunda se traduz em componente do atual e complexo sistema de comunicação científica”. Discute-se a seguir sobre essas duas colocações.

Dentro do processo de desenvolvimento de um repositório é importante estar atento às necessidades do público a qual se destina, pois,

Um repositório institucional deve ser planejado, implementado e permanecer em funcionamento tendo em vista que sua audiência é tanto local quanto global. Desse modo, todas as decisões devem ser tomadas considerando que os objetivos e preocupações de seus usuários variam em função do papel que desempenham (COSTA; LEITE, 2008, p. 171).

Rodrigues e Blattmann (2014) reforçam a importância de ter conhecimento sob as diversas fontes de informação e uso destas, como principal suporte para o homem produzir e se apropriar do conhecimento.

A gestão da informação é cada vez mais necessária, na medida em que sua produção aumenta e se acumula, então é notável a necessidade de se desenvolver estratégias e métodos para tratá-las e armazená-las de modo a facilitar sua recuperação. Para esta gestão é importante o domínio da tecnologia e dos seus produtos, pois tem sido um dos principais instrumentos para a gestão.

Ainda segundo Costa e Leite (2008, p. 167):

Todas as funcionalidades e recursos das plataformas tecnológicas para a construção de repositórios institucionais pautam-se nas peculiaridades que envolvem os processos de gestão da informação científica e, sobretudo, nas características dos processos de comunicação científica.

Considerando que cada vez é maior a quantidade de documentos gerados e distribuídos através de sistemas complexos de informação e os modelos de gestão se adaptaram a este novo contexto e quando de se trata de um ambiente como instituições de ensino superior é fundamental compreender como está estruturada a comunicação científica da mesma.

A comunicação científica é de extrema importância para o crescimento da instituição, pois através da divulgação do conhecimento desenvolvido pela comunidade acadêmica abrem-se possibilidades para os pesquisadores, e faz a instituição sair do seu contexto e levar o conhecimento para a sociedade em geral, como afirma Muller (2007):

Para obter confiabilidade, além da utilização de uma rigorosa metodologia científica para a geração do conhecimento, é importante que os resultados obtidos pelas pesquisas de um cientista sejam divulgados e submetidos ao julgamento de outros cientistas, seus pares.

Sendo assim, o gestor da informação assume um papel de estruturar este conhecimento para torná-lo acessível,

O desafio da gestão da informação nas IES está na estruturação e disponibilização das informações nela geradas, utilizando-a como estratégia, decorrendo na transformação da informação em conhecimento organizando-o para toda a instituição respeitando as suas características (MACCARL; RODRIGUES, 2000 *apud* MARTINS; ALVES, 2013, p. 4).

Afinal o papel do gestor é desenvolver um conjunto de atividades que permitam que o espaço onde ele está inserido, que é bem amplo, dinâmico e em crescimento, se desenvolva com eficiência e consiga atingir plenamente seus objetivos. Então, além de lidar com as diversas fontes de informação e os meios de divulgar a informação científica para atrair olhares dos usuários, também terá de lidar com problemas, limitações e dificuldades destas ferramentas de gerenciamento da informação dentre outras competências exigidas a este profissional.

Então pode-se ver que a implementação de um RI é mais do que a configuração de um sistema e a disponibilização de conteúdo na Rede WWW¹⁹ segundo Leite *et al* (2012, p.9)

A instalação e configuração de um software de repositório institucional não garantem sua existência como tal. De modo algum um software é suficiente para determinar a existência de um RI. Um repositório institucional, compreendido no contexto da comunicação científica e do acesso aberto, está relacionado com a produção científica de uma instituição (LEITE *et al*, 2012, p. 9).

Assim, com a finalidade de ampliar e favorecer a produção científica surgem os repositórios institucionais que se apresentam como ferramenta de gestão da informação capazes de oferecer controle, visibilidade, preservação e gerenciamento da informação produzida em instituições por meio da tecnologia da informação, mas que deve ser pensada para a instituição de acordo com as necessidades do público que deseja contemplar.

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenhou um importante papel na criação de novos meios de comunicação científica, possibilitando uma maior agilidade no processo de comunicação, como, por exemplo, um diálogo antes feito por cartas pode ser feito através de um e-mail, um meio mais rápido e eficaz. Além disso, as TICs também têm criado novos modelos de negócios como o e-commerce. A sua contribuição para o Movimento de Acesso Aberto pode ser exemplificada pela criação dos *softwares* livres e a criação do OAI e a possibilidade de tornar mais rápido e flexível o registro, recuperação, armazenamento, e a possibilidade de fazer informações estarem acessíveis a um número ilimitado de pessoas. Os RDs utilizam-se destas ferramentas para desempenhar a sua função de registrar armazenar e preservar o conhecimento, garantindo assim, por exemplo, a interoperabilidade com outros sistemas. Segundo Tomaél e Silva (2007, p. 3),

A concepção de repositório está intimamente relacionada aos conceitos de acesso aberto (*open access*) ou acesso livre à informação, de arquivos abertos (*open archives*) e de *softwares* livres (*open source*), conceitos que, embora não sejam novos, vêm sendo incrementados de modo significativo com o advento de tecnologias de última geração, a otimização dos espaços de armazenagem e a variedade de pontos de compartilhamento das informações.

Com esta otimização de armazenagem, a possibilidade de compartilhamento citado pelos autores pode ser vista como fatores fundamentais para adesão de *hardwares* e *softwares* em unidades de informação. Nessas circunstâncias, além dos repositórios pode-se citar o uso de bibliotecas virtuais ou eletrônicas e bases de dados.

¹⁹ Quando fala-se em Rede Web referir-se a WWW – *Word Wide Web*.

As bibliotecas eletrônicas ou virtuais e os RDs se incumbiram da missão de disponibilizar seus conteúdos digitais através da internet aumentando as possibilidades de acesso e, assim aprimorando a recuperação da informação. Em se tratando de recuperação da informação se fez necessário a criação de um padrão para registro dos dados destes documentos que tornem possível a interoperabilidade (a capacidade de um sistema) entre estes RDs. Destaca-se aqui o uso de metadados, que

São os elementos utilizados para descrever os recursos para fins de descoberta, para o gerenciamento de direitos e preservação, ajudar os usuários na identificação, autenticação e contextualização dos dados, conjuntos de dados e outros recursos digitais. Têm como objetivos descrever e estruturar relações dentro e entre estes materiais (PAVAO *et al.* 2015, p. 105).

Estes sistemas de metadados podem evitar duplicações de registros e facilitar os métodos de descrição e catalogação de materiais. Pode-se citar ainda, a *Dublin Core Metadata Initiative* (DCMI) um dos mais utilizados principalmente pela facilidade de uso, esses sistemas visam a identificação e organização do conhecimento que está contido nos recursos eletrônicos fazendo atividade semelhante a descrição bibliográfica em um acervo físico, e “Como todos os esquemas de metadados a proposta da DCMI é também simplificar ao máximo a descrição dos recursos na rede, tornando a catalogação destes simples e ágil, como também, a adequação aos padrões já existentes a fim de não apenas complementá-los, mas aprimorá-los.” (SOUZA; COSTA; BEZERRA, 2014, p. 166) é visto que sua função principal seja ter excelência em recuperação da informação auxiliando assim a gestão da informação no que se refere a interoperabilidade e a preocupação com acesso. Como forma não somente de descrever e catalogar, mas também de integrar suas atividades com outros sistemas.

O protocolo OAI-PMH (termo em inglês *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*) procura assim como os metadados garantir a interoperabilidade entre os sistemas, através deste é possível recuperar e expor metadados referentes ao conteúdo dos RIs. Rodrigues *et al* (2011, p. 352) afirmam que “O *Open Archives Initiative* (OAI) desenvolve e promove padrões de interoperabilidade que visam facilitar a disseminação eficiente de conteúdo. O protocolo OAI-PMH teve origem nos Movimentos de Acesso Aberto e de repositórios institucionais”. No caso de grandes quantidades de dados em repositórios este protocolo é o mais adequado às necessidades dos RDs, porém existem outros protocolos.

Segundo Morgan (2004 *apud* RODRIGUEZ, 2011, p. 353) o OAI-PMH é mais pertinente quando se deseja ter subconjuntos predefinidos dos dados, ou seja, quando se

tem uma enorme quantidade de dados esse tipo de protocolo pode melhor atender as necessidades referentes a gestão destes documentos. A Interoperabilidade vem sendo trabalhada para facilitar cada vez mais o processo de busca, onde agora o consulente pode pesquisar em um único RD o conteúdo de vários outros. Isso pode ser observado, por exemplo, no caso do projeto Federação de Repositórios Educa Brasil (FEB)²⁰.

Então como pode-se ver, as TICs no âmbito do acesso aberto têm um papel importante, os *softwares* de código aberto trazem consigo a possibilidade das instituições adaptarem as funcionalidades do sistema a suas necessidades tornando o desempenho das atividades mais eficiente.

Falar sobre as contribuições das ferramentas das TIC é importante a partir do princípio de que para escolha do *software* é necessário conhecer as funcionalidades dos sistemas entender como eles funcionam e assim adaptá-los as necessidades da comunidade em que está inserido, por exemplo os tipos de documentos que ele suporta armazenar, como funciona o gerenciamento de comunidades e coleções, e a importação e exportação de dados e a integração às redes sociais.

A atenção a interoperabilidade, uso de elementos que visem a descrição e recuperação destas informações, a adequação do *software* as necessidades do repositório de caráter fundamental para que se consiga alcançar os objetivos propostos com qualidade. Para que estas qualidades sejam alcançadas Marcondes e Sayão (2009, p. 33-34, grifos no original) destacam algumas características importantes:

- a) Interface *default*– verifica se o *software* oferece interfaces prontas para o uso, sem necessidade de programação;
- b) Padrões de interface – verifica se as interfaces estão em conformidade com os padrões (abertos) apropriados;
- c) Customização – verifica se as interfaces podem ser adaptadas às exigências de aparência da instituição – *layout*, cores, logomarcas etc.;
- d) Ergonomia e usabilidade – avalia se a interface é ergonômica, facilitando a usabilidade da biblioteca em termos de navegação, ajuda *on-line*, nível de experiência do usuário etc.;
- e) Acessibilidade – avalia se a interface implementa os padrões básicos de acessibilidade;
- f) Multilíngue – verifica se a interface é multilíngue e em que idiomas é possível interagir com o sistema; verifica se é possível adicionar outros idiomas e as dificuldades para tal.

Como essa pesquisa além de analisar as políticas de depósitos de TCC pretende-se observar a sua forma de implementação, para isso torna-se necessário esclarecer

²⁰Disponível em: <<http://feb.ufrgs.br/>>. Acesso em: 07 set. 2016.

alguns pontos-chave que podem ser tomados como ponto de partida para análise de adequação destes sistemas aos objetivos dos RIs.

4 IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE REPOSITÓRIOS

Para a construção e implementação de repositórios digitais, seja institucional, temático ou de teses e dissertações os seus gestores devem estudar a sua comunidade e avaliar a viabilidade da implementação por meio da elaboração de diretrizes. Como exemplo, é possível destacar o Sistema de Repositório Institucional nos Tribunais de Contas do Brasil onde,

Primeiramente, gestores foram questionados quanto à estrutura de serviços e produtos da biblioteca. Depois, sobre o entendimento quanto à criação de um repositório institucional, suas possibilidades de uso e de aplicação nestas bibliotecas dos Tribunais de Contas do Brasil (VOLPATO; RODRIGUES; SILVEIRA, 2013, p. 2).

Nesta fala Volpato, Rodrigues e Silveira (2013) destacam a importância de conhecer as funcionalidades destes RDs e a importância de se fazer um apanhado geral sobre as unidades de informação da organização, ressaltando a importância em planejamento e elaboração de um projeto afirmando ainda que

O repositório precisa ser concebido de maneira integral, requerendo um alto nível de apoio e planejamento, assim como um bom nível de capacidades técnicas e de gestão, com recursos de TIC claramente alocados, com políticas de preservação digital eficazes e políticas institucionais que determinem e valorizem sua efetiva utilização (VOLPATO; RODRIGUES; SILVEIRA, 2013, p. 3).

Então, pode-se perceber a importância da política de depósito como um instrumento fundamental de gestão de repositórios para garantir que este possa atuar de modo efetivo e de acordo com os objetivos institucionais pois “Implementar repositórios institucionais requer conhecimento sobre aspectos distintos, tecnológicos, humanos, políticos e de gestão, podendo configurar-se como tarefa complexa, que exige a avaliação das condições e demandas institucionais para seu planejamento e execução”. (SAVO; AMARAL, 2014, p. 4556).

Na implementação de qualquer projeto que lide com o gerenciamento de pessoas e processos, deve ser trabalhado formas de tentar atender as demandas do seu público, no entanto para realizar qualquer atividade é necessário implantar formas de gerenciamento onde são definidos planos de trabalho, são feitos levantamento de recursos necessários para a execução destas atividades, regulamentos de serviços avaliação de metadados, seleção de sistemas para gerenciamento de conteúdo,

segurança da informação e gestão de propriedade intelectual e a criação de uma política de informação.

E, como exemplo, da importância deste planejamento com foco no estudo das necessidades do seu público tem a criação do repositório do Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES Campus Venda Nova Do Imigrante onde,

primeiro, buscou-se esboçar informações sobre o campus Venda Nova do Imigrante, pois cada *campi* do Ifes oferta diferentes cursos e atende a um perfil variado de servidores e estudantes; segundo buscou-se através de levantamento bibliográfico conhecer um RI e as condições técnicas necessárias para sua implantação (SANTOS; SOUSA, 2013, p. 2).

O repositório desta instituição permite a socialização de toda informação produzida, integra suas atividades através do Sistema de Gestão de Acervo Pergamum, para sua implementação foram considerados a funcionalidade do *software* que seriam necessárias para o bom funcionamento, aspectos referentes a recuperação da informação com o uso de metadados e a formação de uma equipe qualificada para estar à frente.

Enfim a sua implementação foi dividida em duas etapas, onde à princípio foi considerada a configuração do *software* e o seu teste juntamente com a definição dos tipos de arquivo e em segundo a elaboração da política para inserção dos documentos e gerenciamento bem como sua divulgação (SANTOS; SOUSA, 2013, p. 7).

Já o projeto de criação dos repositórios da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) devido ao escopo do projeto para a construção do repositório institucional, temático e experimental as pesquisas envolvendo a implementação e o seu planejamento foram divididas em cinco dimensões:

Quadro 1 - Dimensões para a construção do repositório da UNIRIO

Dimensões	Descrição
Operacional	Projeto-piloto para implementação de um repositório institucional.
Administrativa e de Gestão de repositórios	Criação da estrutura para as comunidades e coleções; políticas de acesso e níveis de permissão de usuários; termos de responsabilidade e licenças dos textos depositados; aspectos gerenciais envolvendo a relação entre instituição e usuários e outras instituições; questões sobre qualidade, visibilidade, fator de impacto entre outros aspectos que envolvem a comunicação científica, desenvolvimento de coleções, elaboração de políticas próprias bem como outras questões que se referem à gestão de repositórios de um modo geral que resultem em boas práticas.
Organização do Conhecimento	Representação Descritiva; Representação Temática.
Educacional	Uso e aplicação dos repositórios institucional, temático e experimental no ensino e aprendizagem.
Multiplicadora	Aspectos referentes às estratégias de divulgação dos repositórios.

Fonte: (WEITZEL; MACHADO, 2010).

Utilizou-se nesta pesquisa as dimensões destacadas acima para a criação do repositório da UNIRIO como modelo de implementação de repositórios pela grandeza do projeto que visa atender diversas necessidades, abarcando diversos tipos de documentos, e não somente os Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso.

4.1 Fase de Planejamento para Implementação

O primeiro passo na fase de planejamento desta atividade consiste em pensar a organização como um meio vivo que possui fluxos, processos, uma equipe que desenvolverá um conjunto de atividades, e este plano poderá fortalecer a equipe no cumprimento da missão proposta. Segundo Walter *et al.* (2010, p. 27) um planejamento voltado para biblioteca que

a) reduz os custos, pela ênfase em operações eficientes e compatíveis com as condições existentes; b) substitui atividades fragmentárias e não coordenadas por um esforço em grupo; c) substitui o fluxo desigual de trabalho por um fluxo uniforme; d) substitui julgamentos bruscos e irrefletidos por decisões premeditadas; e) traz segurança e favorece a produtividade; f) faz o tempo trabalhar a seu favor; e g) possibilita o monitoramento das ações. (WALTER *et al.*, 2010, p. 27).

Walter *et al.* (2010) também elaboraram um roteiro no qual abrangia os seguintes quesitos: a) envolvimento da equipe; b) atividades; c) formulação de objetivos; d) estabelecimento de metas; e) descrição de rotinas; e f) dados estatísticos.

De acordo com Walter *et al.* (2010) esses quesitos serão fundamentais na elaboração de um bom plano de trabalho, mas que também pode ser aplicado a criação do repositório. Além de fazer este plano de trabalho é necessário analisar quais os recursos serão utilizados, tanto pessoais quanto materiais, pois em torno disto irá circular todo o fluxo do repositório desde as submissões dos trabalhos, análise dos metadados, a manutenção dos sistemas e sua divulgação.

Pode-se perceber nas palavras de Bustos-González, Fernández-Porcel e Johnson (2012, p. 38) que a criação de um RI “exige um alto nível de apoio e planejamento, bem como um bom nível de capacidades técnicas e de gestão apoiados por programas de formação adequados” e daí pode-se ver a importância do envolvimento da equipe para que ela se sinta parte fundamental no processo de implementação e incentive a sua preparação para enfrentar os desafios.

Além do corpo de pessoas envolvidas nos processos é necessário pensar e selecionar um *software* que entenda os requisitos e siga o protocolo de acesso aberto,

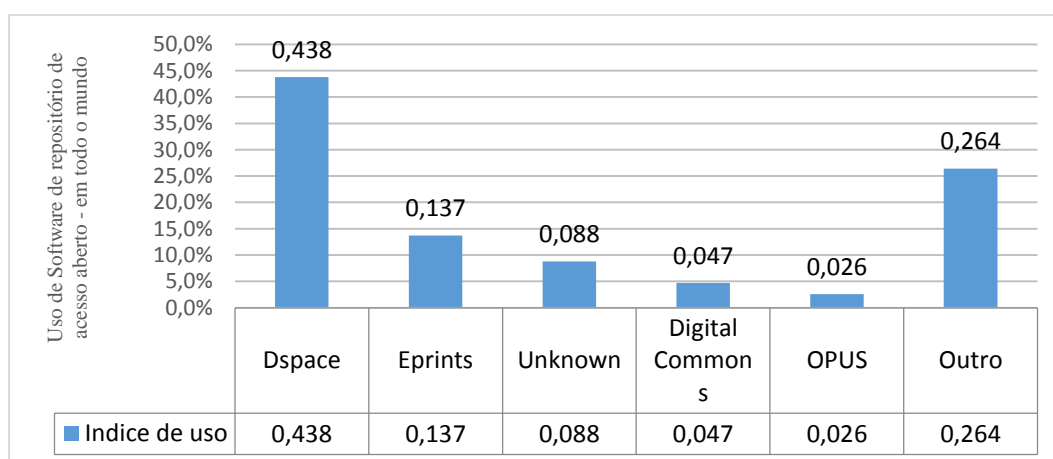
pensar a criação de um sistema de metadados, pensar na preservação e acesso a informações e principalmente na segurança da informação e na interoperabilidade.

Apesar do desenvolvimento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) ter possibilitado a aplicação de ferramentas na gestão da informação, os benefícios da sua aquisição e implementação dependerão dos critérios utilizados na decisão de suas escolhas, segundo Ribeiro Jr. e Zucatto (2014, p.12, grifo do autor)

a) **automação**: aumentar a capacidade de auto-regulagem, auto-correção, auto-execução de processos ou eventos; b) **informatização**: traduzir eventos e processos em dados, e submetê-los ao processamento para transformação em outros dados ou informações, com valor agregado; c) **recuperação da Informação**: prover acesso a documentos e informação; d) **comunicação**: criar canais de comunicação com mecanismos de controle e gestão; e) **Serviços baseados em informação**: criar novos serviços baseados em plataformas tecnológicas.

Como o assunto principal deste estudo são os repositórios convém falar nas alíneas informatização, recuperação da informação e comunicação. Os repositórios unem essas três funções, para atingir a interoperabilidade, segurança, preservação e controle por parte da gestão. Como existem vários RIs com várias finalidades específicas, existem também vários *softwares* com estas finalidades, com relação aos *softwares* RIs de Acesso Aberto, o mais utilizado segundo o Diretório de Repositórios de Acesso Aberto no mundo é o Dspace com 43,8%, então cabe analisar aqui quais as vantagens e características que o fazem ser o mais requisitado. A figura 1 a seguir apresenta o uso dos principais *softwares* de repositórios.

Figura 1 - Uso de *Software* de repositório de acesso aberto - em todo o mundo



Fonte: Directory of Open Access Repositories (DOAR, 2016). Disponível em: <<http://goo.gl/kTU9al>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

Percebe-se que o *software* Dspace é o mais utilizado pelas instituições em todo o mundo com 43,8% de adesão das instituições seguido pelo Eprints com 13,7% e o Digital Common, o Opus e outros ocupam as posições de menor índice de uso.

O Dspace, cujos responsáveis pelo seu desenvolvimento foram o Instituto Tecnológico de Massachussets (em inglês: *Massachusetts Institute of Technology - MIT*), em conjunto com a Hewlett-Packard (HP), pode ser visto de três formas como projeto, serviço e *software* segundo Shintaku e Meirelles (2010, p. 19) essas três características podem ser explicados pelos respectivos fatores:

- Comunidade que testa novas facilidades, verifica erros, corrige o mau funcionamento, desenvolve facilidades e traduz o aplicativo para diversas línguas, entre outras tarefas;
- Gerencia e preserva objetos digitais fornecendo facilidades de recuperação;
- Um aplicativo de computador que implementa um repositório.

O Dspace é um *software* que possui a filosofia *open source*, em código aberto que pode ser adaptado para uma finalidade, facilitando assim o desenvolvimento de um repositório baseado na filosofia do acesso aberto, mas que estende-se a outras aplicações cuja finalidade não é o acesso aberto; ele possui características como o dinamismo possibilita alteração de ambiente, gestão de comunidades, coleções e itens, esquema de metadados *Dublin Core*, interface dinâmica e possibilita a gestão de permissões de acesso, essas características o tornam um *software* consideravelmente apropriado já que é modificável.

Uma outra preocupação na etapa de planejamento para a implementação é como se dará a gestão de conteúdos em repositórios nos remete à organização e abrangência de documentos que o repositório abarcará, estando ela diretamente alinhada com os objetivos estabelecidos no momento da construção da política de conteúdo, podendo se constituir em uma abordagem mais rígida ou flexível.

Por abordagem rígida entende-se “que os repositórios devem priorizar os conteúdos que já foram avaliados por pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles *pré-prints*, ou, *pós-prints*” (LEITE, 2009, p. 28, grifos no original), e ainda defende que esse tipo de abordagem tem a visão de se manter fiel à proposta inicial dos RIs que é se destinar a maximizar impactos da produção formal de um modo acessível por meio do Movimento de Acesso Aberto à Informação.

E em comparação a estes pode-se ter a abordagem flexível, que não se opõe à rígida, mas tem um maior nível de abrangência contemplando conteúdos que tenham uma natureza acadêmica e científica representando mais do que um sistema de publicação científica, e sim todo o sistema de comunicação científica da instituição na qual se insere, nas palavras de Leite (2009, p. 29):

Um dos argumentos dessa abordagem reforça que o conhecimento científico não é produzido exclusivamente a partir daquilo que já foi avaliado e publicado formalmente, mas também daquilo que é veiculado formalmente e informalmente, tornando mais flexível, portanto, a comunicação científica. (LEITE, 2009, p. 29).

No ato da construção da chamada política de conteúdos estarão explícitas questões sobre o tipo de material aceito e sua disposição pelo repositório, ou seja, a maneira como se organiza comunidades e coleções além de designar responsáveis pela aquisição, ou exclusão de documentos do repositório bem como questões de direitos autorais, preservação digital e segurança de dados.

Além dos critérios já explícitos, referentes a gestão de conteúdos é importante falar sobre sua divulgação, como estes conteúdos e o repositório em si estão sendo apresentados ao público e como pode-se pensar o marketing para repositórios.

4.2 Uso e estratégias de divulgação

O acesso é de extrema importância para conseguir sucesso nos objetivos propostos pelo RD, para a promoção deste acesso é importante que o usuário reconheça o repositório pela sua seriedade em fornecer informação verídica e de qualidade. Para dar visibilidade ao que é proposto pelo RD, é possível integrar as atividades do repositório a outros sistemas e a redes sociais para a manutenção de sua visibilidade através do uso de estratégias de promoção. É necessário conscientizar a comunidade acadêmica dos benefícios proporcionados pela adesão ao acesso aberto, benefícios estes que englobam registro e divulgação da produção científica da instituição e do autor, então é necessário que a comunidade acadêmica saiba da existência das atividades do repositório e suas vantagens e assim possa participar de forma ativa pois, “entre as estratégias de marketing, evidenciar os atuais e potenciais benefícios do uso do produto pelo cliente é das mais importantes”. (AMARAL, 2010, p. 103).

É necessário instigar a comunidade a participar, a contribuir com publicações para o crescimento do repositório, e esse é um dos desafios de gestores de repositórios, alguns se utilizam da obrigatoriedade do depósito para povoá-los e outros não adotam

este método, então se faz necessário uma conscientização dos benefícios do uso de repositórios.

Sendo assim, pode-se ter na própria política de informação um meio de esclarecer essa importância, destacando seus objetivos, indicando os benefícios que os autores terão no ato do depósito, o valor que agrega a instituição, com relação a custo, visibilidade, reconhecimento, pois embora a sua produção intelectual já veicule em um meio de comunicação formal, estando no repositório ela está visível para a comunidade onde o pesquisador está inserido.

É amplamente reconhecido que um componente importante em qualquer operação de depósito é a promoção do Acesso Aberto (AA). Mesmo para eles, instituições onde seus pesquisadores optaram por dar é um político de AA, a importância de uma promoção contínua, estratégica e específico destinado a diferentes grupos de interesse não é os outros. (COAR, 2013 p. 6, tradução nossa).

Ainda no que se refere a promoção dos repositórios e do movimento de Acesso Aberto ligado ao uso desses repositórios, “No primeiro plano, os esforços de promoção estão localizando a mensagem, e a mensagem que ressoa para quase todos os públicos é que os repositórios de aumentam a exposição e a visibilidade”. (COAR, 2013, p. 6, tradução nossa).

Então é extremamente importante divulgar para a instituição, os pesquisadores e a sociedade, os benefícios para assim, atrair o interesse desse público. Além destas questões de promoção cabe explicitar a importância da divulgação nas plataformas de mídias sociais com as quais os RIs podem se integrar com determinada publicação nas redes sociais, entre outros meios de divulgação como por exemplo: 1- Meio Escrito: a) Folhetos; b) Revistas; c) Cartazes; d) Boletins; e) periódicos; f) Panfletos, g) Carta da Reitoria sobre a importância do repositório institucional para a universidade; 2- Meio Oral: comunicação interna. 3) Audiovisual: Programas Internos; vídeo repositório institucional; 4) Cartolinas para informação e sugerir algo pelos colaboradores; 5) Grupo primário: onde o bibliotecário irá divulgar as ações do repositório; 6) Correio Eletrônico: para efeito de comunicação interna. 7) Internet: website irá abrir espaços para que cada um dos colaboradores do repositório institucional possa opinar sobre o processo ou colocar suas dúvidas acerca do mesmo acerca das diferentes ferramentas disponíveis para a biblioteca como são as páginas web, o blog, o catálogo público, o grupo do Facebook, Twitter e qualquer outra ferramenta virtual que se implemente. (UCP, 2010, p. 21).

Entende-se que há vários meios de trazer visibilidade aos repositórios; um deles é a exposição, porque propõe o aumento do alcance, da visibilidade e o número de acesso aos repositórios através da sua indexação em mecanismos de busca já consolidados (FERREIRA, 2014). Então há um universo considerável de possíveis ferramentas para divulgação e assim, é feita uma apropriação para que as atividades do RI estejam sempre visíveis, isto é divulgar a produção científica da instituição trabalhando o marketing interno e externo. Pode-se desenvolver a promoção e outras questões relativas política de informação no repositório.

4.3 Políticas de Informação de Repositórios

Diante de tantas questões se vê a necessidade de uma ferramenta que dê suporte para o desenvolvimento de atividades na gestão de um repositório para que ele esteja em consonância com os objetivos de acesso aberto, então a criação de políticas de informação é de extrema importância.

A política para depósito de trabalhos no repositório é a ferramenta de gestão que definirá e estabelecer critérios de gestão, meios de inserção e coleta dos dados, os tipos de documento, serão estabelecidos por meio desta, responsabilidades de implementação e manutenção da base, esclarecimentos voltados à comunidade científica e a sua finalidade entre outras coisas.

Por política entende-se as descrições para a execução de determinadas atividades, são as instruções para a gestão adequada, então conseqüentemente quanto mais detalhada e esclarecedora, as práticas de gestão estarão alinhadas com o objetivo pelo qual o repositório surgiu e é o meio pelo qual a instituição apoia as práticas voltadas para o acesso aberto e um instrumento legal para a consolidação do repositório. Nunes (2012, p.6) deixa claro o papel da política de informação quanto ao apoio ao Movimento de Acesso Aberto quando afirma que:

As universidades e institutos de pesquisas, além de programarem ferramentas baseadas no Modelo da Iniciativa dos Arquivos Abertos, procedam à construção de políticas informacionais de autoarquivamento que garantam o depósito dos documentos gerados no âmbito de suas instituições.

Então, é necessário que esta política seja analisada, pois é o que fundamentará a implementação e o funcionamento destas bases, é por meio desta que os profissionais serão instruídos a agir corretamente a fim de não comprometer a eficiência da comunicação científica e não fragilizar o sistema. As políticas de informação são criadas para abranger uma série de pontos que envolvem as necessidades da instituição,

define o papel social do repositório a partir do momento em que em que ele visa oferecer informação à sociedade de forma livre, estabelece as relações de poder de decisão sobre a gestão do repositório, esclarece aspectos voltados à liberdade de uso, distribuição dos documentos, acesso entre outros aspectos.

Segundo Leite (2016) o acesso aberto pode ser compreendido em cinco dimensões, sociocultural, gerencial, política, legal e tecnológica. A política é a terceira dimensão tendo esta o instrumento que estabelecerá as normas e considerações sobre, segurança da informação, marketing, acesso, interoperabilidade, principais objetivos, direitos autorais, instruções de depósito e preservação em longo prazo, além da definição de um comitê de gestão.

A segurança da informação em repositórios tem sido assunto freqüente na literatura científica da área, segundo Sousa (2014, p. 94),

A Política de Segurança é o documento por excelência que define, em linhas gerais, as regras de segurança. Define-se como sendo um conjunto de procedimentos, princípios, normas e diretrizes que explicitam os requisitos do negócio, e que regula a proteção e salvaguarda da informação e recursos da organização.

A segurança da informação está diretamente relacionada às questões de intensidade da informação, integridade, disponibilidade, esse são pontos vulneráveis que colocam em risco a preservação da informação quesitos estes que podem ser abordados na política associando a direitos autorais, do esclarecimento de critérios de acesso, a adesão de meios de conferir autenticidade a obra, e de um modo geral como será a manutenção e gestão do repositório. Sendo assim, “a política da informação acolherá todos os compromissos a serem assumidos, tanto pela instituição quanto pelos autores. Convém procurar um equilíbrio entre aquilo que se deseja e aquilo que é possível, com o objetivo de garantir a continuidade do novo serviço”. (BUSTOS-GONZÁLEZ; FERNÁNDEZ-PORCEL; JOHNSON, 2015).

A política de informação também pode atuar como uma ferramenta que garanta o funcionamento do repositório de acordo com os princípios de acesso aberto que já foram citados ao longo do texto e representam o apoio da instituição no qual ele está inserido.

Com base em um levantamento nos sítios web das bibliotecas foi possível verificar 18 políticas de informação institucionais já formalizadas, tem-se a relação das que foram encontradas:

PI1 - Política do Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA);

PI2 - Política Institucional para divulgação das produções científicas e técnicas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD);

PI3 - Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - (UFC);

PI4 - Política Institucional de Informação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG);

PI5 - Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);

PI6 - Política Institucional de Informação para o LUME - Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);

PI7 - Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade de Brasília (UnB);

PI8 - Política Institucional de Informação da Universidade Federal de Lavras (UFLA);

PI9 - Política de Funcionamento do Repositório Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP);

PI10 - Política de Informação, Comunicação e Memória da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

PI11 - Política do Repositório Institucional para Divulgação das Produções técnico-científicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB);

PI13 - Política Institucional de Informação Técnico-Científica na Universidade Federal do Piauí (UFPI);

PI14 - Normas para instituição da Política de Gestão e Acesso à Informação da Universidade Federal do Tocantins (UFT) por meio da criação e regulamentação do Repositório Institucional (RI) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) da UFT;

PI15 - Política de Informação do Repositório Institucional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR);

PI16 - Política de Funcionamento do Repositório Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM);

PI17 - Política do Repositório Digital da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);

PI18 - Política de Informação do Repositório Institucional Pantheon da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

PI19 - Política de Informação do Repositório Institucional Digital da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Então após uma análise do conteúdo das políticas pode-se observar várias colocações comuns principalmente com relação aos objetivos, na sua maioria as instituições estão preocupadas com a preservação das produções científicas (100%), em registrar e disseminá-las (78,6%), trabalhar a construção da memória institucional (28,6%), dar visibilidade a sua produção frente a outras instituições de ensino (76,6%), acelerar ou estimular o desenvolvimento de pesquisa na instituição (64,3%), ampliar o acesso à informação foi citado também como preocupação das instituições (92,9%), aperfeiçoar os investimentos em ensino pesquisa e extensão (57,1%), e ainda estabelecer indicadores para analisar as produções da instituição (21,4%) e fornecer apoio aos processos de ensino e aprendizagem. Então, pode-se perceber a função social e institucional dos RDs de caráter institucional destacada nas políticas de informação alinhado com os objetivos do acesso aberto, destacando aqui dois pontos mais presentes que foram trabalhar a preservação da produção científica e ampliar o acesso à informação.

Com relação aos níveis de acesso a maioria estabelece que estejam abertos a nível nacional e internacional (78,6%) e com relação aos padrões e protocolos de integração a maioria cita o modelo *Open Archives* (64,3%). Com relação à manutenção e gestão do repositório em 57,1% das políticas é definido um comitê gestor e 35,7 % não define um comitê de gestão, enquanto que alguns responsabilizam o sistema de bibliotecas da instituição pela promoção e o registro de documentos e até pela manutenção e implementação do mesmo, alguns não esclarecem de quem é a responsabilidade, mas a maioria das políticas revela a preocupação em delimitar o poder de direção do RI de modo claro.

As atribuições dos membros do comitê estão explícitas de forma geral em 50% das políticas, em algumas estão especificando as responsabilidades de cada membro individualmente; com relação a quem pode realizar o depósito de trabalhos em 78,6% das políticas está esclarecido que o depósito é aberto a todos os membros da comunidade científica ou que se enquadrem em dadas categorias em que deixa explícita a política, 85,7% esclarece quais documentos são aceitos no repositório, 57,1% define quais casos os documentos estão desobrigados do depósito e 14,3% esclarece quanto ao formato dos documentos são aceitos.

Alguns esclarecem a necessidade da assinatura de um termo e falam sobre direitos autorais, e 28,6 % esclarecem a necessidade da adoção da licença *Creative Commons* (CC). Há a necessidade da revisão por pares para que sejam validadas e aceitas as submissões em 42,9% é mencionada nas políticas pesquisadas.

Em poucos repositórios são abordadas questões como criação e desenvolvimento das comunidades e coleções, política de conteúdo, e questões relativas ao autoarquivamento e políticas de preservação digital, bem como questões referentes à divulgação dos conteúdos, o que dependerá da autorização dos detentores de direitos autorais podendo não ser divulgado se assim o autor desejar.

Apenas em duas políticas são abordadas questões referentes a trabalho de conclusão de curso de forma mais específica, sendo assim optou-se por observar as instituições que mantem tanto repositórios exclusivamente de TCC quanto os integrados a RIs institucionais, como se dá a política de informação e a sua ênfase nos TCC observando todos os esclarecimentos presentes na política de informação que são prestados pelos gestores a quem tem interesse em realizar um depósito, para tanto foi utilizado à metodologia descrita a seguir, em oito Universidades Federais Brasileiras que serão justificadas e detalhadas na próxima seção.

5 METODOLOGIA

O estabelecimento de um método pode fornecer bases lógicas e consistentes para o desenvolvimento de uma pesquisa, ele consiste em um caminho escolhido para procurar as respostas ou soluções para questões ou problemas identificados em qualquer área do conhecimento.

A adoção de técnicas e método de abordagem adequada é a forma pelo qual se podem tornar os resultados mais persistentes quanto aos meios e fins de um estudo, sendo assim faz-se necessário caracterizar o objeto de estudo, descrever os métodos do estudo em si e explicitar os meios de coleta de dados.

5.1 Caracterização do objeto

O objeto deste estudo são as políticas de informação dos repositórios institucionais de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil que estão se destacando segundo o *The Ranking Web of*

*World Repositories*²¹ (RWWR – em português *Ranking Web de Repositórios Mundiais*), que fornece uma lista de repositórios, compondo um índice onde são consideradas sua presença (em inglês *web presence*) e seu impacto na web (em inglês *web impact*), que tem como objetivo promover iniciativas de livre acesso à informação científica.

5.2 Caracterização do Estudo

Para fundamentar este estudo foram usadas fontes bibliográficas, e revisão de literatura existente em um estudo exploratório e realizada uma pesquisa descritiva na qual,

Observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e correção com outros, sua natureza e características (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2005, p. 66).

O método de abordagem utilizado foi o método indutivo, que determina que a partir de análises de uma amostra particular pode-se chegar a formular conceitos genéricos, a pesquisa cuja sua finalidade é descritiva pretende-se detalhar quais são os aspectos considerados para a implementação destes repositórios e explorar o papel da política de informação nestes RIs.

Quanto aos meios para explorar como funcionam estes RIs e suas políticas de informação utilizou-se o método de coleta de dados por meio de questionários aplicados por *email* enviado aos responsáveis de cada RI, buscou-se também explorar o conteúdo já produzido sobre o assunto, em manuais de diretrizes, relatos de experiência e outras pesquisas desenvolvidas, caracterizando-se como uma pesquisa quantitativa e qualitativa.

Sendo assim, a partir da análise de alguns repositórios foram selecionados de acordo com alguns critérios para avaliação, que eram o de pertencer a uma instituição de ensino superior federal e estarem presentes no RWWR, sendo assim foi considerado até a 20ª colocação no referido ranking. Conforme o Quadro 2 está listado os repositórios brasileiros.

Quadro 2 - Lista de Repositórios Brasileiros no RWWR

IFES	Nome do Repositório	Link	Classificação no RWWR
------	---------------------	------	-----------------------

²¹ Disponível em: <http://repositories.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil>. Acesso em: 24 ago. 2016.

UFRGS	Lume	https://www.lume.ufrgs.br/	2
UFSC	RIUFSC	http://www.repositorio.ufsc.br/	4
UFBA	RIUFBA	https://repositorio.ufba.br/ri/	7
UFPR	RIUFPR	http://acervodigital.ufpr.br/	8
UFC	RIUFC	http://www.repositorio.ufc.br/	10
UFPE	RIUFPE	http://www.repositorio.ufpe.br/	13
UNB	BDM	http://bdm.unb.br/	14
UFRGN	RIUFRN	http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/	15
UFG	RIUFG	https://repositorio.bc.ufg.br/	18
UFLA	RIUFLA	http://repositorio.ufla.br/	20

Fonte: RWWR disponível em: < http://repositories.webometrics.info/en/Latin_America/Brazil >. Acesso em: 28 dez. 2016.

Foi feita em seguida uma análise se as políticas para os RIs tinham o propósito de oferecer livre acesso aos seus conteúdos, seguiam o modelo proposto pelo IBICT e, por último, verificou-se quais eram as suas particularidades.

5.3 Técnicas de Coleta de Dados

As técnicas de coleta de dados utilizados neste trabalho foram a pesquisa bibliográfica, método este utilizado para fazer um levantamento sobre as formas de implementar RIs voltados ao Acesso Aberto nas IFES brasileiras, o papel da política de informação para a gestão da produção científica em RIs, e um estudo sobre o marketing para repositórios.

Como meio de coletar informações para responder as questões levantadas na problemática e chegar aos objetivos específicos desta pesquisa utilizou-se de um questionário que foi aplicado através de correio eletrônico aos responsáveis por cada repositório que está apresentado no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Repositórios Institucionais

Repositórios Institucionais de TCCs de IFES Brasileiras		
IFES	Quantidade de Depósitos *	Classificação no <i>Ranking</i> Web of World Repositories
Universidade Federal do Rio Grande do Sul ²² - UFRGS	13772	2
Universidade Federal de Santa Catarina ²³ - UFSC	13409	3
Universidade de Brasília ²⁴ - UNB	11931	10
Universidade Federal do Paraná ²⁵ - UFPR	3675	15
Universidade Federal do Rio Grande do Norte ²⁶ - UFRN	1361	12
Universidade Federal da Bahia - UFBA ²⁷	1212	5
Universidade Federal de Lavras ²⁸ - UFLA	763	17

Fonte: elaborado pela autora (2016).

²² Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40514>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

²³ Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

²⁴ Disponível em: <<http://bdm.unb.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

²⁵ Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/30071>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

²⁶ Disponível em: <<https://monografias.ufrn.br/jspui/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

²⁷ Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

²⁸ Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/simple-search?query=MONOGRAFIAS&submit=Buscar>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

Por ser dinâmico esse *ranking* pode variar de acordo com a quantidade de depósitos. A pesquisa contou com um questionário aplicado aos gestores de cada repositório e abordou assuntos já tratados no corpo da pesquisa. Para tornar mais claro estão detalhados no quadro 4 abaixo.

Quadro 4 – Descrição de objetivos específicos, fontes utilizadas e coleta e análise dos dados.

Objetivos específicos	Fonte	Coleta de dados	Análise dos dados
Identificar as formas de implementação dos RIs nas IFES Brasileiras	Responsável pelo repositório	Questionário - Bloco I (questões 2 a 8)	Análise estatística e Análise de conteúdo
Identificar os aspectos presentes nas políticas de informação de RIs de IFES brasileiras	Gestores do Repositório Políticas disponível em linha	Questionário Bloco II (questões 8 a 17) Documental	Análise estatística e Análise de conteúdo

Fonte: elaborado pela autora (2017).

O pré-teste do instrumento de coleta de dados foi aplicado ao repositório da Universidade Federal do Ceará (UFC), o mesmo o retornou respondido sem nenhuma observação. As oito instituições que compõem o corpo desta pesquisa foram convidadas via e-mail no dia de 17 de novembro de 2016 a participar da pesquisa, a fim de verificar quais eram os gestores e verificar o interesse em responder o questionário. Obtendo uma resposta afirmativa de todos foi enviado a carta de apresentação no período de 17 de novembro de 2016 à 18 de janeiro de 2017 (Ver apêndice A) e o questionário (Ver apêndice B).

Dos oito repositórios, apenas três deram um retorno Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal de Lavras (UFLA). Um dos repositórios fez uma observação quanto ao instrumento de coleta de dados, relatando dificuldade em responder, pois o referido repositório contém uma enorme variedade de publicações além de TCCs

Sendo assim a pesquisa contou com os dados de dois RIs que contém coleções para o armazenamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso da instituição, na seção 6 tem-se os dados obtidos.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De maneira geral, o objetivo desta pesquisa se constituiu em analisar as políticas de informação presentes nos Repositórios Institucionais de Trabalho Acadêmicos de Conclusão de Cursos de Graduação (RIs) que adotam o acesso aberto nas IFES brasileiras. Para tanto, foram estabelecidos 3 objetivos específicos OES1, OES2 e OES3, na seção 1.3 esmiuçados a diante. Segue, agora, a análise dos dados obtidos através das respostas ao questionário aplicado via e-mail, o universo desta pesquisa

compreende os RIs das IFES presentes no RWWR, mas as respostas obtidas foram somente de dois repositórios, o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Universidade Federal de Santa Catarina²⁹ - UFSC, que ocupam as posições 2 e 3 respectivamente no referido *ranking* no momento que se desenvolveu a investigação.

Em síntese reapresenta-se aqui os objetivos específicos tendo em vista permitir a exposição dos resultados obtidos para cada um. Como apresentado no Quadro 4 (p. 49) cada objetivo específico possui a indicação de uma fonte e um método de análise.

O Lume é o repositório que promove o acesso a informação científica e outros documentos produzidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) criado em 2010, na sua maioria o conteúdo é de acesso livre, usa os padrões de metadado Dublin Core e identificadores permanentes digitais para os documentos do RI. A interface do seu site pode ser configurada na língua (português, espanhol e inglês) e do tamanho da fonte, ver Figura 2. Suas comunidades estão divididas em categorias: acervos, eventos UFRGS, Produção Científica e Trabalhos Acadêmicos e Técnicos, categoria a qual pertencem os TCCs. A figura 2 apresenta a interface do LUME UFRGS.



Figura 2 – Interface do LUME – UFRGS

Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2017

O Repositório Institucional da UFSC (RIUFSC) é um acervo de arquivos digitais abertos da Universidade Federal de Santa Catarina e também utiliza o DSpace,

²⁹

Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/98>>. Acesso em: 25 nov. 2016

estruturado em comunidades que são gerenciadas segundo os ocupantes de cada ramo do que chamam de Arvore de Comunidades, dispõe de manuais, vídeo-tutoriais e disponibiliza conversores de formato de mídia. Possui também os recursos de língua e adaptação no tamanho da fonte. A figura 3 apresenta a interface do RIUFSC.



Figura 3 – Interface do RIUFSC

Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Para as próximas seções considera-se a descrição das formas de implementação e os aspectos presentes abordados pelos dois repositórios.

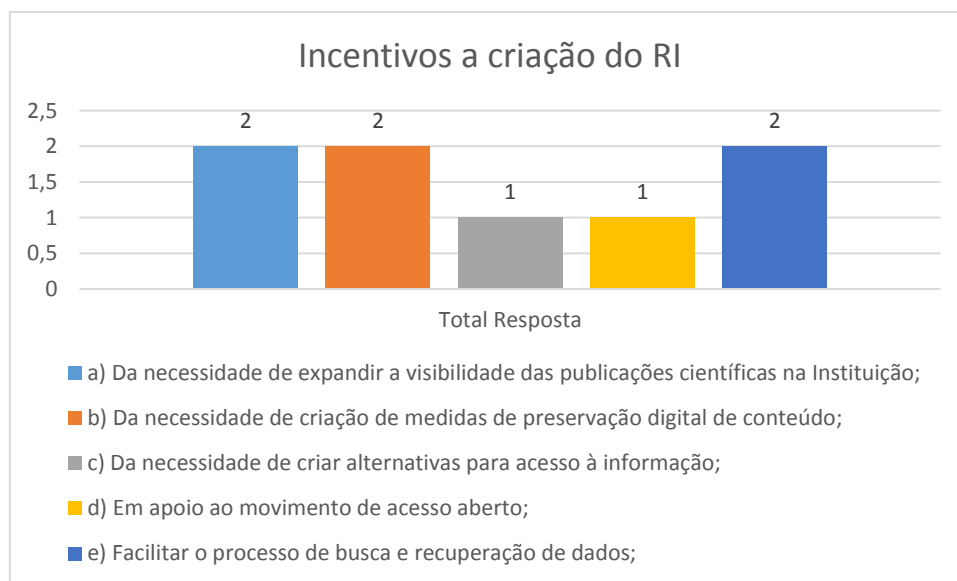
6.1 Formas de implementação dos RIs pesquisados

Na revisão de literatura foram destacados alguns aspectos considerados na implementação de diversos RIs no Brasil (VOLPATO; RODRIGUES; SILVEIRA, 2013; SAVO; AMARAL, 2014), este objetivo foi trabalhado nas questões do Bloco que se refere à Implementação dos RI (2ª a 8ª questão do questionário). Foram averiguados de onde partiram os primeiros incentivos a criação, as etapas necessárias ao planejamento, as maiores dificuldades para a consolidação do RI, os objetivos que levaram a implementar o RI, as formas de publicidade para manter os usuários informados, os critérios adotados para a seleção do software e os padrões e protocolos de integração que foram utilizados.

Em relação aos incentivos para a criação do Repositório Institucional pode-se observar que os respondentes levaram menos em consideração a necessidade de criar

alternativas para acesso à informação e a possibilidade de apoiar o movimento de acesso aberto. Por outro lado, os responsáveis pelo RIUFSC e o LUME UFRGS consideraram haver a necessidade de expandir a visibilidade das publicações científicas na Instituição, criar medidas de preservação digital de conteúdo da instituição e facilitar o processo de busca e recuperação de dados dos documentos gerados pela instituição conforme pode ser visto na Figura 4 a seguir:

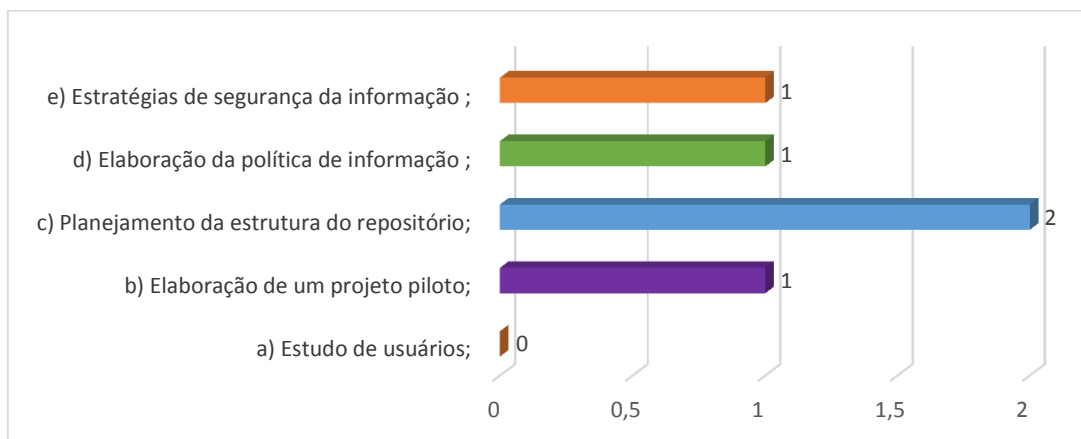
Figura 4 - Incentivos para a criação do Repositório Institucional



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Indo ao encontro ao objetivo proposto, observou-se a necessidade de uma demanda interna da instituição como facilitar o processo de busca e recuperação de dados e a preservação digital e em um segundo momento uma visão holística, elencando aspectos que vão desde demandas internas à uma necessidade que compreende um movimento internacional.

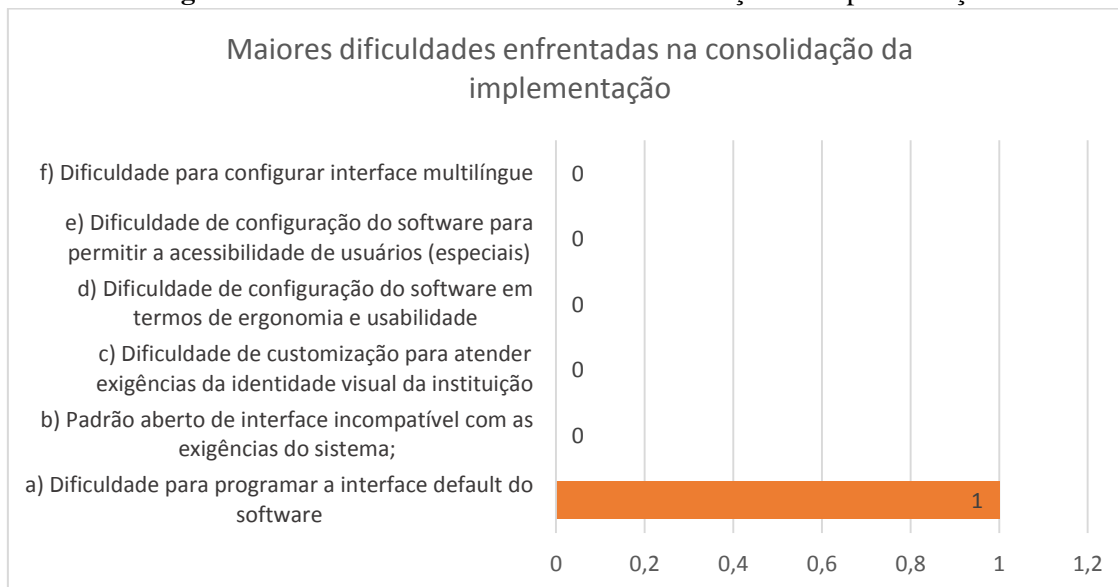
Em relação às etapas de planejamento que foram dadas mais ênfase a implantação dos repositórios pesquisados observou-se que há a prática comum apenas no planejamento da estrutura do repositório e não foi adotada a prática do estudo de usuários para a implementação dos RIs conforme aponta a Figura 5.

Figura 5 – Etapas observadas no planejamento para implementação do RI

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

As políticas de informação são um reflexo das tomadas de decisão então, ela deveria estar presente nesse momento de consolidação do repositório, o entanto nota-se que esta não foi uma preocupação emergente em ambos repositórios. Pois ao revisitar o referencial teórico (VOLPATO; RODRIGUES; SILVEIRA, 2013; SAVO; AMARAL, 2014), vê-se que foi configurado como importante fazer um apanhado geral sobre as unidades e informação quanto a estrutura, produtos e serviços e fazer um delineamento inicial das produções da comunidade acadêmica para agir com coerência na implementação. Logo, quanto mais minuciosa a concepção do planejamento inicial haverá menos tendências a falhas, principalmente quando refere-se a segurança da informação, que segundo a literatura científica ainda é um ponto que precisa ser consolidado para compor um ambiente que preze a disponibilidade e o acesso, estes pontos e outros, são abordados nas políticas de informação descritas na seção 3.

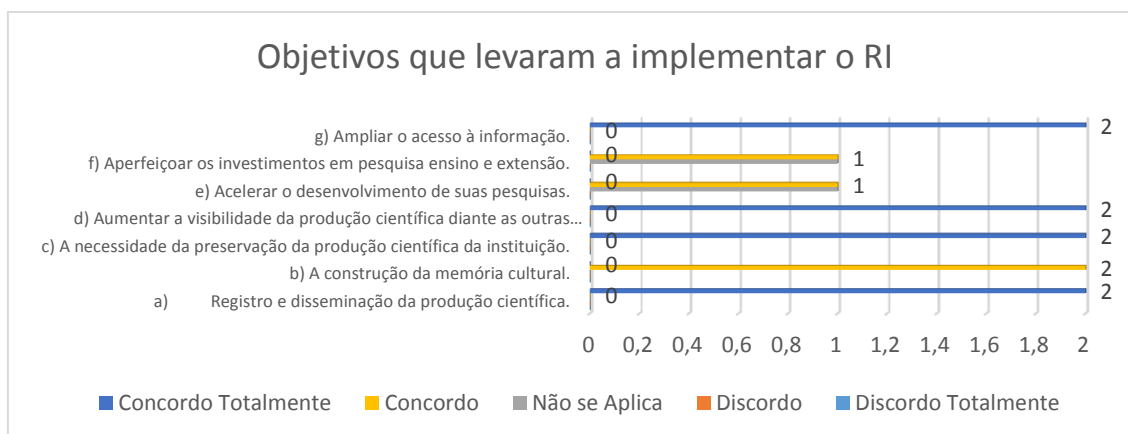
Com relação as dificuldades enfrentadas para consolidar a implementação do RI Como pôde-se observar a figura 6 a configuração do *software* para adequação às necessidades do repositório foi uma dificuldade apontada e o gerenciamento de direitos autorais.

Figura 6 - Dificuldades enfrentadas na consolidação da implementação

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Ambos utilizam o *software* Dspace, nos apontando assim que embora ele seja o mais apropriado, não está livre de dificuldades no seu gerenciamento.

Ao realizar um apanhado acerca dos objetivos que levaram a implementar o RI, foi possível medir o nível de concordância de cinco pontos, estes foram salientados na análise de políticas de informação já consolidadas da subseção 4.4. A figura 7 apresenta os objetivos que levaram a implementar o RI.

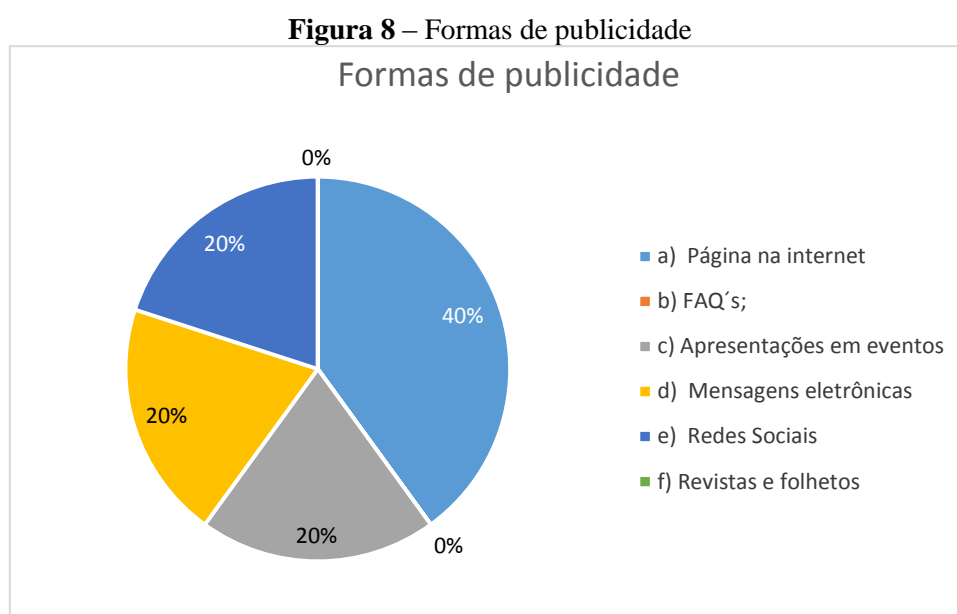
Figura 7 – Objetivos que levaram a implementar o RI

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Na escala foram os mais apontados na análise de políticas de informação dos RI, então ressalta-se o mesmo valor de importância de divulgação para TCC em nível de graduação. No entanto, quando se referiu à aceleração do desenvolvimento de pesquisas (letra “e”), e aperfeiçoar os investimentos em pesquisa ensino e extensão (letra “f”)

considera-se como fato que não se aplica ao LUME, mostrando que a sua posição na adoção de um repositório prima pelo desenvolvimento do acesso aberto em si. Observando a figura 7 nota-se quatro pontos de concordância com as alíneas a), c), d) e g)

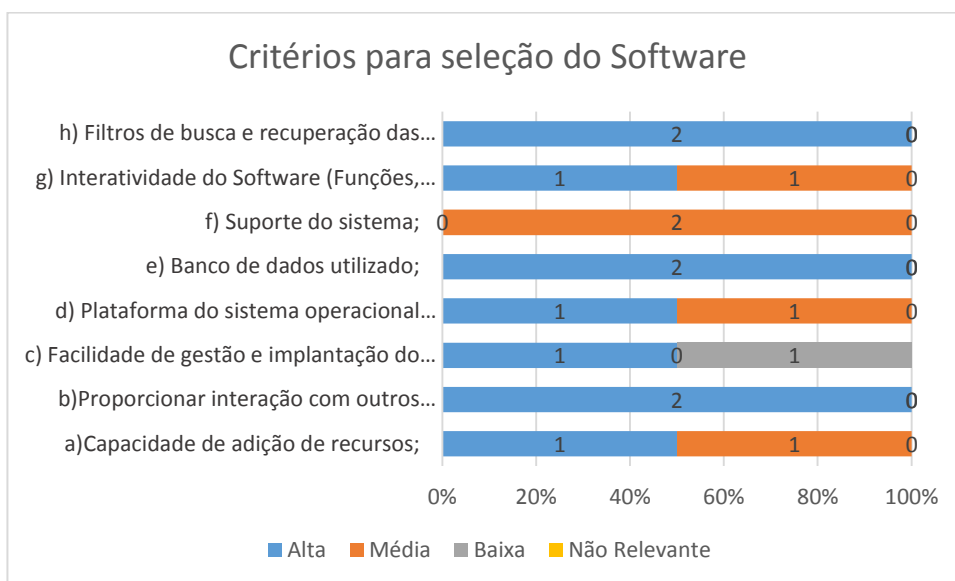
Quanto as formas de publicidade dos RIs, os sítios da biblioteca na internet, redes sociais, mensagens eletrônicas e apresentação em eventos são os meios de divulgação utilizados pelos repositórios, não utilizados Revistas e folhetos nem FAQs (*Frequently Asked Questions*). A figura 8 apresenta as formas de publicidade mais utilizadas pelos RIs que foram destacadas pelos respondentes.



Fonte: elaborado pela autora (2017)

A divulgação dos RIs ainda pode ser ampliada se pensa-se em utilizar meios impressos e audiovisuais por exemplo para que se possa ampliar a visibilidade dos TCCs. Embora os métodos utilizados sejam suficientes a garantir uma melhor classificação no RWWR.

Quanto aos critérios adotados para a seleção do *software* dos RIs foram elencados algumas das preocupações presentes na literatura científica para compor esta pesquisa. A figura 9 apresenta as respostas que foram marcadas sobre os critérios de seleção do *software*.

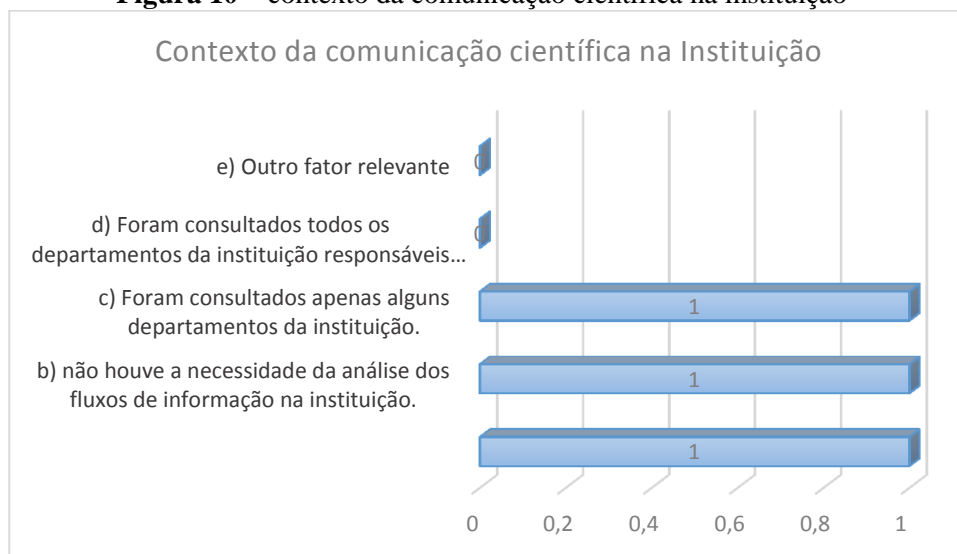
Figura 9 – critérios de seleção do software

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Em uma escala enumerada de 1 a 4, correspondendo respectivamente aos seguintes julgamentos segundo o grau de importância: Os pontos de concordância entre os dois foram interação com outros recursos externos ao sistema e Filtros de busca e recuperação da informação e preocupações relacionadas a interatividade do *software*. É interessante observar que o responsável pelo **RIUFSC** considerou de baixa importância a facilidade de gestão e implantação do *software* isso pode ter gerado a dificuldade relatada anteriormente com relação a programação da interface *default* do *Software*.

6.2 Aspectos presentes nas políticas de depósito de TCCs de IFES brasileiras

Passando a análise das políticas de informação, o responsável pelo **RIUFSC** relata que não houve a necessidade de análise das necessidades dos fluxos de informação na instituição, já a responsável pelo **LUME – UFRGS** relata que houve a necessidade de analisar o contexto atual da comunicação científica da instituição, e que foram consultados alguns departamentos da instituição, ver figura 10 abaixo.

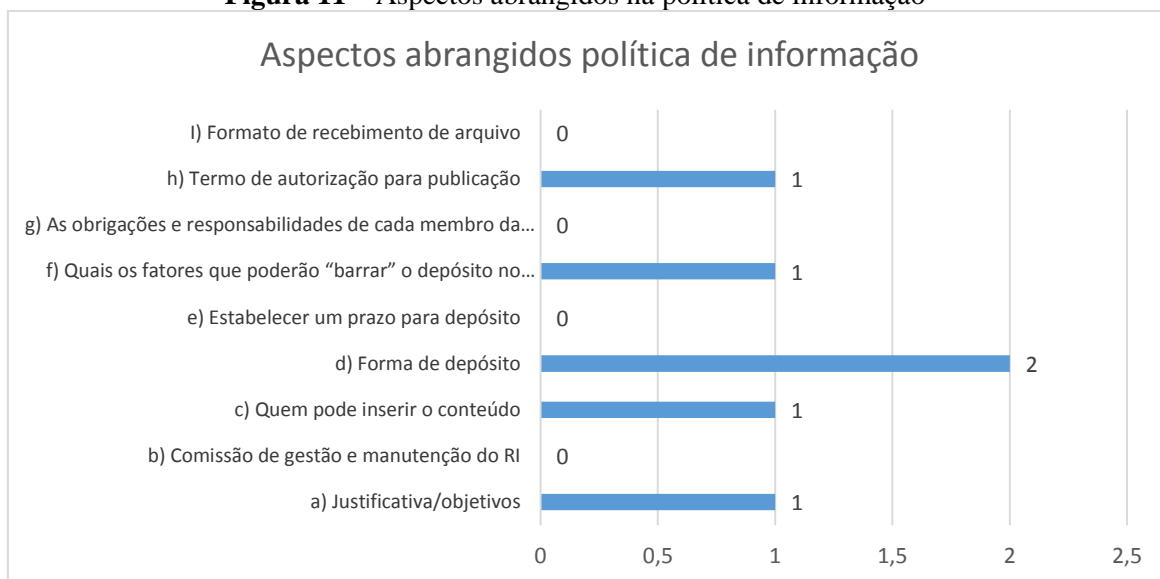
Figura 10 – contexto da comunicação científica na instituição

Fonte: elaborado pela autora (2017).

Esta atitude de conhecimento da comunicação científica da instituição demonstra uma preocupação com a comunidade científica e o público interno, e possibilita ter uma visão holística sem prejuízos a comunicação interna.

Ao construir a política de informação no repositório **LUME – UFRGS** afirmou-se utilizar o modelo proposto pelo **IBICT** para a elaboração de sua política de informação já o responsável pelo **RIUFSC** não informou no instrumento de coleta da pesquisa.

Observado os aspectos que compõem a importância de esclarecer aos pesquisadores as funções do repositório e como ferramenta de gestão e exercer o papel de legalização para as práticas do RI, examinou-se quais pontos foram elucidados aos interessados. Observou-se que as políticas de informação dos RIs não continham no seu escopo os formatos de arquivos recebidos, a responsabilidade dos membros da gestão, prazo para depósito, e não estabelece os membros da comissão de manutenção do RI, como nos apresenta a figura 11.

Figura 11 – Aspectos abrangidos na política de informação

Fonte: elaborado pela autora (2017).

No repositório **LUME – UFRGS** os depósitos dos TCCs são de caráter obrigatório onde é considerado fundamental o depósito ser de caráter obrigatório para povoá-lo partindo da perspectiva de que “todo trabalho realizado com recursos públicos deve ser disponibilizado à comunidade para que esta tenha um retorno do que se produz na Universidade” posição esta defendida por vários pesquisadores como Kuramoto (2009), Costa (2006) e Guedes (2012). O responsável pelo **RIUFSC** atualmente não considera o depósito dos TCCs de caráter obrigatório, mas afirma que considera fundamental tal característica para o povoamento e revela que “atualmente existe uma portaria onde a coordenação dos cursos opta por incluir os TCCs no RI ou não, todavia já foi formulada uma nova portaria para que seja obrigatório a inclusão de todos os TCCs no RI”.

Além de questões referentes ao depósito, verificou-se que são realizados backups dos dados para garantir a sua segurança e preservação, o responsável pelo **LUME – UFRGS** afirma que é de responsabilidade de preservação e atribuída a Rede Cariniana, no Lockss, essa rede desenvolve um serviço de preservação digital de documentos eletrônicos brasileiros garantindo o acesso continuado a longo prazo dos conteúdos armazenados digitalmente, trabalho este desenvolvido em parceria com seis instituições/universidades brasileiras com o apoio de seus respectivos centros de informação e de informática.

O direito autoral é contemplado no repositório **LUME – UFRGS** no ato do depósito do TCC, onde este deve estar acompanhado de termo de autorização assinado

pelo autor e pelo orientador, não tendo tornado compreensível o tipo de licença utilizada, o responsável pelo **RIUFSC** afirma que “os autores dos TCCs no momento da submissão autorizam através do CC BY NC BR“, trata-se de licença *Creative Commons* tipo Atribuição-NãoComercial.

Esta licença permite o compartilhamento podendo copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, permite novas adaptações e criação a partir do material já criado, seguindo os termos de atribuição e uso não comercial (Vale destacar que existem diversas modalidades de licença tipo: Atribuição; Atribuição-CompartilhaIgual; Atribuição-SemDerivações; Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual; e Atribuição-SemDerivações-SemDerivados, ver a figura ?) contatou-se nas políticas de informação dos RI que estes tipos de esclarecimento não está onipresente nas políticas, esse sendo um ponto de grande relevância.

Figura 12 – Tipo de licenças *Creative Commons*



Disponível em: <<https://are11uab.wikispaces.com/Licenciar>>. Acesso em: 20 fev. 2017

Tendo em vista os aspectos observados, o instrumento de coleta de dados se encerram com a visão dos gestores por parte do alcance dos objetivos estabelecidos pela política de informação e a sua função para a gestão, a responsável pelo **LUME – UFRGS** destacou que “os dados de acesso e *download* assim como o resultado do RWWR tem demonstrado os bons resultados alcançados pelo Lume e considerou que a política de informação contribuiu para a institucionalização do repositório e para seu fortalecimento como mecanismo de divulgação da produção científica e intelectual da

UFRGS”. O responsável pelo **RIUFSC** relatou ter alcançado os objetivos, mas está sempre na busca contínua para melhorá-lo e a importância da política se deve ao fato de poder “criar normas para a criação das políticas de coleções e inclusão dos itens atentando a padrões nacionais e internacionais” sendo assim a política está vista em dois aspectos o de institucionalização e a sua função de gestão segundo aspectos nacionais e internacionais.

A política de informação do **RIUFSC** firmada por meio da Portaria nº 1853 de 2013 contempla atualmente a responsabilidade pelo depósito, a competência e responsabilidade orientando a coordenação do curso, condições para submissão de TCCs, formato de arquivo, uso de licenças de uso e estabelece responsabilidades a equipe da biblioteca que fica responsável por desenvolver manuais orientando o processo de submissão e revisão de conteúdos e prover treinamentos aos coordenadores e curso que tenha interesse de realizar a divulgação dos trabalhos acadêmicos no repositório.

O responsável pelo **LUME – UFRGS** esclareceu que por meio da instrução normativa nº 01/2010 como se dá o modo e o termo de depósito e que os direitos autorais serão respeitados com o que estabelece a Lei nº 9.610/98 onde outros esclarecimentos que se aplicam aos TCCs, mas existe a Portaria 5068/10 que estabelece uma política institucional para o LUME que irá estabelecer objetivos, inclusão de comunidades, submissão de objetos digitais, metadados e acesso e uso que dizem respeito a todas as publicações presentes no repositório.

Por conseguinte, constatou-se que as políticas são muito restritas em informações quando colocadas em comparação ao modelo do IBICT (Ver anexo A) podendo ser definido os objetivos, detalhar condições nas quais ficam desobrigados o depósito embora seja de caráter obrigatório.

Vargas (2009) em sua pesquisa observou alguns repositórios diante de vários aspectos inclusive das políticas considerando que elas podem contemplar conteúdo, preservação, privacidade, submissão/depósito, metadados, autoarquivamento e uso chegou-se à conclusão de que enquanto uns deixam claro todos esses aspectos outros apenas se limitam a dar instruções de como proceder e notou-se também essa divergência ao comparar as duas políticas analisadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, há importância de os repositórios digitais adotarem políticas de informação como um auxílio a gestão, mas ela também pode ter um papel de divulgação. A comunicação científica passou pela crise dos periódicos onde criou-se diante das necessidades uma nova alternativa, mais rápida e econômica para se ter o acesso à informação. E as políticas de informação, como observadas nos resultados, atuam como objeto de institucionalização e consolidação das práticas do repositório e a sua função de direcioná-lo ao desenvolvimento de ações em conformidade com padrões nacionais e internacionais.

Ela pode fazer parte das etapas de planejamento enquadrando-se nas funções descritas por Walter et al (2010) ao trazer a segurança e favorecer a produtividade e substituir julgamentos bruscos e irrefletidos, pois ela institucionaliza vários aspectos como os objetivos e recomendações à segurança da informação e outros já destacados na literatura. Deve ser pensada no processo de planejamento cumprindo uma das cinco dimensões do acesso aberto.

Reverendo os objetivos específicos contemplados no Quadro 4 (p.49), constata-se que foram alcançados, e o sucesso dessas práticas adotadas pelos RIs lhes conferem posições de destaque no RWW. Os gestores destes RIs (LUME – UFRGS e RIUFSC) são profissionais bibliotecários que destacam-se pela sua postura proativa em relação ao Movimento de Acesso Aberto e caracterizam sua participação na busca por métodos de ampliar o acesso e a preocupação em dar visibilidade a instituição na qual exerce suas atividades, aderindo a novos padrões de comportamento e atuação diante de um cenário a nível mundial, e passam a desenvolver novos papéis dentro das IFES e de outras instituições, realizando a mediação entre os pesquisadores e aqueles que necessitam de informação. A função Bibliotecário nem sempre está definida na política de informação de todos os RIs, mas sabe-se que a responsabilidade pela entrada de dados no sistema é da biblioteca, assim como é na BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações) configurando o Módulo Simplificado. A diferença entre este módulo e o autodepósito se mostra na povoação do repositório, pois o módulo é de caráter obrigatório em alguns países passa a denominação de Política à mandato de depósito.

As dimensões no modelo do IBICT são compostas por objetivos e justificativas, atribuição de responsabilidade ao desenvolvimento do repositório e faz menção ao uso de padrões pré-determinados, tipo de publicação a ser depositada, determina um prazo

para depósito, caracteriza o que pode ser considerado como produção científica, esclarece em que circunstâncias ficam desobrigados ao depósito no repositório, o povoamento do RI, estabelece o compromisso da instituição com o repositório.

Comparando as políticas de informação dos RI específicas para TCCs, há uma notável restrição de informações, mas no seu cerne há peculiaridades. Por exemplo, as políticas determinam o formato de arquivo recebido, esclarecem o tipo de licença à qual é permitido o acesso ao conteúdo. Mas outros aspectos também podem ser definidos como a formação de comunidades e suas responsabilidades, das responsabilidades dos gestores, da extinção, criação ou fundição de comunidades e coleções, por exemplo.

A política de informação pode atuar também como instrumento de atividades dos RIs ao transmitir a seriedade e o compromisso da instituição com o pesquisador e com a comunidade científica em prover informação verídica e de qualidade.

A importância deste trabalho se deve ao fato de que atualmente as publicações científicas brasileiras têm ganhado visibilidade no contexto mundial e as iniciativas brasileiras compõem os esforços em buscar, reunir, preservar e compartilhar informações tem notoriedade e têm impulsionado a criação de conhecimento. Iniciativas como estas tem partido de bibliotecários e a política de informação é o instrumento essencial a manutenção da coerência e norte de sua praxe.

As limitações da pesquisa se concentram principalmente em conseguir contato com os gestores no período que foi determinado para a coleta, deixando evidente que a realização de pesquisas com este nível de abrangência requer uma rede de contatos ou uma proximidade de campo de pesquisa principalmente quando se utiliza o questionário como instrumento de coleta de dados. O fato da pesquisa ter contado apenas com duas instituições restringe, porém não dirime a relevância deste estudo.

Como sugestão a pesquisa futuras ainda há que explorar os efeitos do marketing utilizado pelos repositórios na divulgação de suas produções científicas para o público interno e externo a sua instituição.

REFERÊNCIAS

AUTRAN, M. M. M.; BORGES, M. M. Comunicação da ciência: (r) evolução ou crise? **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 122-138, 2014. Disponível em: <<http://homologacao-reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/539>>. Acesso em: 09 out. 2016.

BUSTOS-GONZÁLEZ, A.; FERNÁNDEZ-PORCEL, A.; JOHNSON, I. **Diretrizes para criação de repositórios institucionais nas universidades e organizações de educação superior**. 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13512/3/Diretrizes_RI_portugues.pdf>. Acesso em: 13 set. 2015.

CARIBE, R. C. V. Comunicação Científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.25, n.3, p. 89-104, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/23109/14530>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007.

CONFEDERACIÓN DE REPOSITARIOS DE ACCESO ABIERTO- COAR. **Incentivos, integración y mediación: prácticas sostenibles para poblar repositórios**. COAR, 2013. Disponível em: <https://www.coar-repositories.org/files/Sustainable-best-practices-spanish_final.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2016.

COSTA, S. M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 39-50, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/634>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: _____. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 163–202.

DIRECTORY OF OPEN ACCESS REPOSITORIES. 2017. Disponível em: <<http://goo.gl/kTU9al>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

FARIA, C. V.; FILPI, R. P. ; SÁ, R. M. C. Acesso livre a informação científica: a importância da disseminação e a necessidade de capacitação dos bibliotecários. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 123-141. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/247-1624.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FERREIRA, D. T. Profissional da informação e a gestão do conhecimento: perfil de habilidades demandadas por empresas de recrutamento e seleção de recursos humanos. In: SOUTO, L. F. **O profissional da informação em tempos de mudanças**. São Paulo: editora alínea, 2005.

FERREIRA, G. Aumentando o alcance e a visibilidade de catálogos online e repositórios institucionais com a ajuda do Google. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4053-4067. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/247-1624.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FERREIRA, S. M. S. P. Da política institucional de informação da Universidade de São Paulo ao acesso aberto à produção científica do CRUESP. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 195-209, 2014. Disponível em: <<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/632/0>>. Acesso em: 09 Out. 2016.

IBICT. Manifesto de apoio ao acesso aberto. Disponível em: <livroaberto.ibict.br/docs/Manifesto.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

KURAMOTO, H. **Acesso livre à informação científica: novos desafios**. Disponível em: <<http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/154/1/Kuramoto,%20H.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2016.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: Ibcit, 2009. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%20a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20brasileira.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

LEITE, F. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/703/1/Boas%20pr%C3%A1ticas%20para%20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20reposit%C3%B3rios%20institucionais%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

MARCONDES, C. H.; SAYAO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. In: **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MARTINS, C. W. S.; ALVES, R. B. Repositório Institucional e Biblioteca Digital como sistema de informação científica: uma análise na Universidade Federal do Maranhão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis-SC.

Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <portal.febab.org.br/anais/article/view/1441>. Acesso em: 11 set. 2015.

MONTEIRO, F. BRASCHER, M. Organização da informação em repositórios temáticos: o uso da modelagem conceitual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador- BH, **Anais Eletrônicos** ... Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2828/1956 >. Acesso em: 03 Out. 2016.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 out. 2016.

MULLER, S. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Editora UFMG, 2007.

NUNES, R. R. Em busca de diretrizes que garantam o funcionamento e consolidação dos repositórios institucionais brasileiros: a questão das políticas informacionais de auto-arquivamento. IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17, 2012, Gramado-RS, **Anais Eletrônicos...** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4RHD.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

PACKER, A. L.; MENEGHINI, R. O SciELO aos 15 anos: raison d'être, avanços e desafios para o futuro. In: PACKER, A. L. et al. **SciELO - 15 Anos de Acesso Aberto: um estudo analítico sobre Acesso Aberto e comunicação científica**. Paris: UNESCO, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=61>. Acesso em: 04 set. 2016.

PAVÃO, C. G.; COSTA, J. B.; FERREIRA, M. K.; HOROWITZ, Zaida. Metadados e repositórios institucionais: uma relação indissociável para a qualidade da recuperação e visibilidade da informação. **Ponto de Acesso**, v. 9, n. 3, p. 103-116, 2015. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15163>. Acesso em: 04 out. 2016.

PORÉM, M.E.; SANTOS, V. C. B.; BELLUZZO, R. C. B. Vantagem competitiva nas empresas contemporâneas: a informação e a inteligência competitiva na tomada de decisões estratégicas. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 27, p. 183-199, dez. 2012. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/22959/23493>. Acesso em: 04 ago. 2016.

REIS, J. G.; KURAMOTO, H.; AVENTURIER, P.; MURTINHO, Rodrigo. As instruções aos autores podem estimular o acesso aberto no Brasil? **P2P e inovação**, Rio

de Janeiro, RJ, v. 1 n. 2, p. 54-59, 2015. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/p2p/article/view/1457>>. Acesso em: 09 out. 2016.

RIBEIRO JR, D. I.; ZUCATTO, A. C. P. Bibliotecas e repositórios digitais: reflexões, tecnologias e aplicações. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte-MG, **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/638-2179.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2016.

RIBEIRO, O. B.; VIDOTTI, S. A. B. G. Otimização do acesso à informação científica: discussão sobre a aplicação de elementos da arquitetura da informação em repositórios digitais. **Biblos**, v. 23, n. 2, p. 105-116, 2009. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/1309/593>>. Acesso em: 23 out. 2016.

RODRIGUES, A. P.; TAROUÇO, L. M. R.; SCHMITT, M. A. R.; CAZELLA, S. C. A interoperação com repositórios digitais: protocolos e exemplos. **Ciência da Informação**, v. 40 n. 3, p. 349-363, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1294>>. Acesso em: 05 set. 2016.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 3, p. 4-29, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19n3/a02v19n3.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

SANTOS JUNIOR, E. R. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil: estudo delfos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5343/6/2010_ErnaniRufinodosSantosJunior.pdf>. Acesso em: 03 out. 2016.

SANTOS, M. R.; SOUSA, B. P. Implantação de repositório institucional no Instituto Federal do Espírito Santo: o caso do campus Venda Nova do Imigrante. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, p.1274-1283, 2013, Florianópolis-SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1344>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

SARMENTO, F.; MIRANDA, A.; BAPTISTA, A. A.; RAMOS, I. Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre. In: WORLD CONGRESS ON HEALTH INFORMATION AND LIBRARIES, 2005, P.20-23 Salvador- BH, **Anais eletrônicos...**, Salvador, IFLA. Disponível em: <<http://www.icml9.org/program/track5/public/documents/Fernanda%20Sarmiento-112444.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2016.

SARVO, D. O. ; AMARAL, R. M. Roteiro de implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18, 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...**

Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4555-4568. Disponível em:
<<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/230-1665.pdf>>.
Acesso em: 26 nov. 2016.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. F. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em:
<<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/769>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

SOUZA, E. G. ; COSTA, W. F. C.; BEZERRA, D. A. Aplicação do modelo conceitual FRAD na estrutura descritiva do Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense (RI-UFF). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 161-174. Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/413-1610.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador-BH, **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2016.

TORINO, L. P.; TORINO, E.; PAIVA, M. R. Acesso Aberto à Informação colaboração e disseminação científica na web. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24, Campo Mourao- PR, 2011. **Anais eletrônicos...** Paraná: UFPR, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/166>>. Acesso em: 04 set. 2016.

UNIVERSIDAD CATÓLICA DE PEREIRA. Política de Implementación Del Repositorio Institucional de La Universidad Católica de Pereira. Disponível em: <<http://biblioteca.ucp.edu.co/wp-content/uploads/2010/11/Políticas-RIBUC.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

VARGAS, G. M. **Repositórios institucionais em universidades**: estudo de relato de casos. Porto Alegre, UFRGS, 2009. 81f. Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em:<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22714/000740403.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

VIANNA, S. M. V.; CARVALHO, R. A. Benefícios da implantação de repositório institucional na preservação da memória institucional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis-SC. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1613>>. Acesso em: 12 set. 2015.

VOLPATO, S. M. B.; RODRIGUES, L. C.; SILVEIRA, A. Inovação no acervo e acesso de informações: o sistema de repositório institucional nos Tribunais de Contas do Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**. v. 19, n. 4, p. 160-181, 2014.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1917>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

WALTER, M. T. M. T.; EIRÃO, T. G.; REIS, L. A. **Regulamentos, orçamentos, etcétera**: miniguia. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

WEITZEL, S. R; MACHADO, E. C. Estratégias para implementação de repositórios da UNIRIO. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16, Rio de Janeiro-RJ, **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu2010/pdfs/orais/ fina l_197.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2016.

APÊNDICE

APÊNDICE – A - QUESTIONÁRIO



Esta pesquisa tem como objetivo Identificar as formas de implementação dos Repositórios institucionais que contem coleções de Trabalhos Acadêmicos de Conclusão de Curso (TCC) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras os aspectos presentes nas suas políticas de informação.

Universidade Federal do Cariri

TÍTULO DE PESQUISA: REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL: : avaliação de políticas para depósito de trabalhos acadêmicos de conclusão de curso.

CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	Questionário N° _____
---------------------------------------	---------------------------------

ACADÊMICA: Liliane Pereira Gomes

ORIENTADOR: Prof. Dr. David Vernon Vieira.

1) Dados do entrevistado

- 1.1. Nome _____
- 1.2. Função do entrevistado: _____
- 1.3. Setor: _____
- 1.4. Há quanto tempo você é funcionário da IFES: _____
- 1.5. Sexo: () M () F
- 1.6. Idade: () 18 a 25 () 26 a 33 () 34 a 41 () 42 ou mais
- 1.7. Escolaridade: Ensino médio Técnico Superior
- 1.8. Caso tenha assinalado superior, cite o curso: _____
- 1.9. Naturalidade: _____ UF: _____

IMPLEMENTAÇÃO DO REPOSITÓRIO

2) De onde partiram os primeiros incentivos a criação de um Repositório Institucional? (marque mais de um se necessário)

- a) Da necessidade de expandir a visibilidade das publicações científicas na Instituição;
- b) Da necessidade de criação de medidas de preservação digital de conteúdo;
- c) Da necessidade de criar alternativas para acesso à informação;
- d) Em apoio ao movimento de acesso aberto;
- e) Facilitar o processo de busca e recuperação de dados;
- f) Outro _____

3) Quais as etapas de planejamento foram realizadas para implantação do RI? (marque mais de um se necessário)

- a) Estudo de usuários;
- b) Elaboração de um projeto piloto;
- c) Planejamento da estrutura do repositório;
- d) Elaboração da política de informação ;
- e) Estratégias de segurança da informação ;
- f) Outra _____

4) Quais as maiores dificuldades enfrentadas na consolidação da implementação do RI? (marque mais de um se necessário)

- A) Dificuldade para programar a interface default do software;
- B) Padrão aberto de interface incompatível com as exigências do sistema;
- C) Dificuldade de customização para atender exigências da identidade visual da instituição;
- D) Dificuldade de configuração do software em termos de ergonomia e usabilidade;
- E) Dificuldade de configuração do software para permitir a acessibilidade de usuários (especiais);
- F) Dificuldade para configurar interface multilíngue.

5) Para cada afirmativa a seguir assinale com um "X" na bola da escala de 1 a 5 correspondente

OBJETIVOS QUE LEVARAM A IMPLEMENTAR O RI					
① Discordo Totalmente ② Discordo ③ Não se aplica ④ Concordo ⑤ Concordo Totalmente					
a) Registro e disseminação da produção científica.	①	②	③	④	⑤
b) A construção da memória cultural.	①	②	③	④	⑤
c) A necessidade da preservação da produção científica da instituição.	①	②	③	④	⑤
d) Aumentar a visibilidade da produção científica diante as outras instituições.	①	②	③	④	⑤
e) Acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas.	①	②	③	④	⑤
f) Aperfeiçoar os investimentos em pesquisa ensino e extensão.	①	②	③	④	⑤
g) Ampliar o acesso à informação.	①	②	③	④	⑤

Espaço reservado para mais algum comentário.

6) Quais as formas de publicidade usadas pelo gestor do repositório da sua IES para manter informados os usuários na instituição, e os que não pertencem a ela, das novas publicações que estão disponíveis? (marque mais de um se necessário)

- a) Página na internet;
- b) FAQ's;
- c) Apresentações;
- d) Mensagens eletrônicas;
- e) Redes Sociais;
- f) Outro _____

7) Para cada afirmativa a seguir assinale com um "X" na bola da escala de 1 a 4 correspondente ao grau de importância.

QUANTO OS CRITÉRIOS ADOTADOS PARA A SELEÇÃO DO SOFTWARE PARA O RI				
① Alta ② Média ③ Baixa ④ Não Relevante				
a) Capacidade de adição de recursos;	①	②	③	④
b) Proporcionar interação com outros recursos externos ao sistema;	①	②	③	④
c) Facilidade de gestão e implantação do software;	①	②	③	④
d) Plataforma do sistema operacional (Windows, Unix/Linux etc);	①	②	③	④
e) Banco de dados utilizado;	①	②	③	④
f) Suporte do sistema;	①	②	③	④
g) Interatividade do Software (Funções, interface, ergonomia, usabilidade, acessibilidade, etc.);	①	②	③	④
h) Filtros de busca e recuperação das informação.	①	②	③	④

Espaço reservado para mais algum comentário.

8) Na política de informação estão presentes quais padrões e protocolos de integração são utilizados pelo RI?

- a) Open Access
- b) Modelo OAIS
- c) Outro: _____
- d) Não informa

A POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

9) Com relação a comunicação científica na instituição: (marque mais de um se necessário)

- a) Houve necessidade de analisar o contexto atual da comunicação científica da instituição.
- b) não houve a necessidade da análise dos fluxos de informação na instituição.
- c) Foram consultados apenas alguns departamentos da instituição.
- d) Foram consultados todos os departamentos da instituição responsáveis para o desenvolvimento da política de informação

e) Outro fator relevante: _____

10) Ao construir a política de informação utilizou-se algum modelo para sua elaboração?

- a) Modelo proposto pelo IBICT b) Não

11) A política para depósito de TCC abrange os seguintes aspectos (marque quantos forem necessários)

- a) Justificativa/objetivos;
- b) Comissão de gestão e manutenção do RI.
- c) Quem pode inserir o conteúdo;
- d) Forma de depósito;
- e) Estabelecer um prazo para depósito;
- f) Quais os fatores que poderão "barrar" o depósito no repositório;
- g) As obrigações e responsabilidades de cada membro da comissão de gestão e manutenção do RI;
- h) Termo de autorização para publicação;
- i) Formato de recebimento de arquivo.

Outros:

12) O depósito dos trabalhos de conclusão de curso são de caráter obrigatórios?

- a) Sim; b) Não:

Caso a resposta seja SIM responda à questão de número 13, caso a resposta seja não desconsidere a questão número 13.

13) Como gestor do RI, você considera que a obrigatoriedade dos depósitos é fundamental para o povoamento do Repositório?

- a) Sim; b) Não:

Justifique:

14) Quais são os métodos utilizados para garantir a segurança e a preservação dos dados?

15) Como é trabalhada a questão do direito autoral dentro do RI?

16) Você considera que o Repositório tem alcançado os objetivos propostos? Justifique.

17) qual é a importancia da política de informação como ferramenta de gestão do repositório?

Juazeiro do Norte-CE, 06-04-17.

APÊNDICE – B – Carta de Apresentação**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI****CURSO DE BIBLIOTECONOMIA****CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Prezado Sr. (a), Meu nome é Liliane Pereira Gomes, sou aluna do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri - UFCA. Este questionário é parte da monografia orientada pelo Professor Drº David Vernon Vieira a ser apresentada à Universidade Federal do Cariri - UFCA para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia. O Objetivo desta pesquisa é analisar as políticas para depósito de Trabalho Acadêmicos de Conclusão de Cursos de Graduação em RI que adotam o acesso aberto nas IFES brasileiras. Caso tenha alguma dúvida sobre este estudo pode me contatar no endereço eletrônico:liliane.pereira658@gmail.com. Desde já agradeço a sua colaboração e aguardo o retorno do questionário. Atenciosamente, Liliane Pereira Gomes.

ANEXO – Modelo de Política de Informação Proposto pelo Ibiict³⁰

MODELO DE POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFORMAÇÃO

A <Universidade XXXX>/ <o Instituto XXXX> considerando a necessidade de:

- preservar a produção científica desta Instituição;
- ampliar a visibilidade da produção científica desta Instituição;
- potencializar o intercâmbio desta Instituição com outras instituições;
- acelerar o desenvolvimento de suas pesquisas;
- ampliar o acesso à sua produção científica;
- facilitar o acesso à informação científica de uma forma geral;
- otimizar a gestão de investimentos em pesquisa nesta Instituição;

Reconhece a importância da implementação de ações que garantam o registro e a disseminação da produção científica desta Instituição. Assim, para atender a estas necessidades, o <reitor>/<diretor> da <Universidade XXXX>/<Instituto XXX> estabelece o seguinte:

- que a <biblioteca central desta instituição> / <qualquer outra unidade da instituição> fica encarregada do desenvolvimento, implantação e manutenção do repositório institucional desta Instituição, doravante, neste documento, denominado de RI;
- que este RI desenvolvido e alimentado pela nossa comunidade científica institucional será de livre acesso, tanto no contexto nacional, quanto internacional;
- que este RI deverá ter capacidade de integração com sistemas nacionais e internacionais, observando-se o uso de padrões e protocolos de integração, em especial aqueles definidos no modelo Open Archives.
- que a comunidade científica institucional faça publicar os artigos de sua autoria ou co-autoria, preferencialmente, em publicações periódicas científicas de acesso livre ou que façam constar em seus contratos de publicação, o depósito de artigos publicados (pos-prints) em repositórios de acesso livre;
- que o aludido depósito citado no item anterior deverá ser realizado imediatamente após a comunicação de sua seleção para publicação na revista científica. Em caso de impossibilidade de depósito imediato, o autor ou co-autor terá um prazo máximo de 6 (seis) meses da data de publicação

³⁰ KURAMOTO, H. Repositórios institucionais: políticas e mandatos. In: _____. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 203 - 217

Para efeito deste documento, produção científica é aquela constituída de resultados de pesquisa consolidados veiculados em veículos de comunicação científica que tenham revisão por pares.

Para efeito deste documento, considera-se “comunidade científica institucional” aquela constituída por seus docentes, pesquisadores, colaboradores pesquisadores ou docentes e alunos graduandos e pós-graduandos.

Para efeito deste documento, considera-se pos-prints a versão de um artigo já publicado em revistas científicas;

Do referido artigo para depositá-lo no RI;

- que na impossibilidade de realização do depósito devido à cláusulas contratuais mantidas pelo autor com a (s) revista (s) onde o seu trabalho foi publicado, recomenda-se que se deposite uma cópia da versão original do trabalho, ou seja aquela versão que foi submetida à revista científica (pre-prints), assim como, as alterações propostas pela revista que o publicou.
- que fica desobrigado de depósito no RI, os livros ou capítulos de livros que são publicados com fins comerciais ou que tenham restrições contratuais relativas a direitos autorais;
- que ficam desobrigados de depósito no RI, os artigos publicados em revistas científicas que estabelecem em seus contratos com os autores cláusulas que impedem o depósito de artigos publicados em suas revistas, em repositórios de acesso livre;
- que ficam desobrigados de depósito no RI os documentos cujo conteúdo integra resultados de pesquisas passíveis de serem patenteados ou de serem publicados em livros ou capítulos de livros que serão publicados com fins comerciais;
- que todos os documentos que não se enquadrarem nos itens iv, v e vi e que foram publicados em veículos de comunicação científica com revisão por pares ou que passaram, à exemplo das teses e dissertações, por avaliação de uma banca de especialistas, deverão ser depositados no RI;
- que de maneira a facilitar o povoamento do RI, a <biblioteca central desta instituição> / <qualquer outra unidade desta instituição> poderá promover o registro da produção científica desta instituição, mediante autorização dos autores da referida produção, seja efetuando a entrada de cada documento no RI ou importando os dados já registrados em outros repositórios.

Para o cumprimento desta política, esta Instituição estabelecerá mecanismos de estímulo, assim como ações de integração que possibilitem evitar duplicações de esforços. Além disso, a implementação desta política poderá suscitar a elaboração, discussão, regulamentação e estabelecimento de políticas e mecanismos específicos de forma a garantir a plena alimentação do repositório institucional

Para efeito deste documento, considera-se pré-prints a versão original de um artigo submetido a uma revista científica ainda não publicado e, por conseguinte, a preservação da produção científica institucional.

Esta Política Institucional de Informação entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Cidade, <dia> de <mês> de <ano>.

Fulano de tal Reitor da Universidade XXXX ou Presidente ou Diretor da Instituição
XXXX

Este modelo está em conformidade com a proposta de Harnad (2006) de depósito imediato e acesso opcional (ID/OA), além de não obrigar o depósito de documentos que estão sob contrato de direitos autorais restritivos que impeçam a sua livre divulgação ou que contenham informações passíveis de serem patenteadas. Portanto, é um modelo de política que está em conformidade com a legislação do direito autoral.